

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS '11





BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



Índice

1. Órgãos Sociais	3
2. Datas Relevantes	5
3. Relatório do Conselho de Administração	7
Enquadramento Macroeconómico	8
Economia Internacional	8
Economia Nacional	9
Mercados	10
Mercados Accionistas	10
Mercado Cambial	11
Mercados Obrigacionistas	12
Mercado de <i>Commodities</i>	13
Síntese da actividade desenvolvida	14
Indicadores Consolidados	14
Actividade Desenvolvida	16
Clientes Empresas	16
Clientes Particulares	18
Clientes Institucionais	20
Actividade de Carteira Própria	21
Controlo de Riscos	24
Risco de Mercado	24
Risco de Crédito	25
Risco de Liquidez	25
Risco Operacional	26
Resultados Apurados e sua Aplicação	26
Agradecimentos Devidos	26
4. Demonstrações Financeiras	27
5. Anexos às Demonstrações Financeiras	33
6. Certificação Legal de Contas	107
7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	111

1. Órgãos Sociais





1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa

Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

Conselho de Administração

Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

José João Silva Ribeiro da Costa Morais

Francisco Manuel Ribeiro

Conselho Fiscal

Presidente

Artur Carmo Barreto

Vogais

Rosendo José

Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal Suplente

Francisco Dias Martins

Revisor Oficial de Contas

João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2. Datas Relevantes





2. Datas Relevantes

Fevereiro – 97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril – 97	Início de actividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro – 97	Os Activos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro – 98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maio – 98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro – 98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro – 98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro – 98	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro – 99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril – 99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho – 99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro – 99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros. Os Activos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto – 00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro – 00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro – 00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Acções Europa Os Activos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro – 01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro – 01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro – 01	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro – 02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de acções nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro – 02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro – 03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro – 03	O Banco obtém o estatuto de <i>Global Clearing Member</i> da Clearnet
Dezembro – 03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco: Primeira operação de titularização de contratos de <i>leasing</i> imobiliário em Portugal Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas
Janeiro – 04	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros O Banco obtém o estatuto de <i>Trading Member Firm</i> do Euronext Lisboa A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Março – 04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003
Dezembro – 04	Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco Os Activos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros
Junho – 05	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro – 05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro – 05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro – 05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”
Dezembro – 05	Os Activos do Banco atingem os 451 milhões de Euros
Julho – 06	Lançamento da actividade de Crédito no escritório de Leiria
Outubro – 06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de <i>default</i> e perda esperada para a actividade de concessão de crédito
Dezembro – 06	Os Activos do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro – 07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Dezembro – 07	Os Activos do Banco atingem os 627 milhões de Euros
Março – 08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de <i>conduit</i> , até ao montante de 125 milhões de Euros
Dezembro – 08	Lançamento da actividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais
Junho – 09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria
Dezembro – 09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30.8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado
Janeiro - 10	Primeiro lugar na <i>league table internacional “Structured Retail Products”</i> de produtos estruturados emitidos, geridos e colocados em Portugal
Março - 10	Obtenção de <i>membership</i> do Euronext para os mercados de Amesterdão, Paris e Bruxelas
Dezembro - 10	O rácio de solvabilidade do Banco consolidado atingiu os 13,7%
Fevereiro - 11	Lançamento de um Cartão Multibanco
Abril - 11	Inauguração de um Centro de Investimento em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro
Maio - 11	Lançamento de <i>website</i> transaccional (www.bancoinvest.pt)
Junho - 11	Lançamento de uma plataforma profissional de <i>trading online</i> – Invest Trader
Outubro - 11	Abertura da décima agência de Crédito Especializado
Novembro - 11	Prémio do Banco mais Rentável em Portugal atribuído pela Revista Exame, na categoria Pequeno e Médio Banco

3. Relatório do Conselho de Administração





3. Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O ano de 2011 foi caracterizado por uma elevada instabilidade económica, impulsionada pelo agudizar da crise na zona Euro e pelos efeitos devastadores do terramoto no Japão. Estes acontecimentos vieram piorar a já frágil situação económica internacional originada pelo "crash" de 2008, provocando uma desaceleração do crescimento mundial e uma deterioração da qualidade creditícia das principais economias desenvolvidas. Os Estados Unidos perderam, pela primeira vez, a notação máxima de "triple A" na sua classificação de risco de crédito, tendo mais recentemente, em Janeiro de 2012, a França e a Áustria perdido igualmente aquele estatuto.

Nos **Estados Unidos da América (EUA)**, as estimativas apontam para um crescimento do PIB de 1.8% em 2011 contra 3% em 2010. Apesar de toda a incerteza na Zona Euro, a economia norte-americana termina o ano com vários indicadores a apresentar uma tendência positiva. O primeiro refere-se à confiança dos empresários, com os índices ISM bem acima da barreira dos 50 pontos, valor acima do qual se pode esperar, com elevada probabilidade, a continuação do crescimento económico. Também animadores são os últimos dados do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a terminar o ano abaixo dos 9.0%, com a economia, finalmente, a evidenciar alguma capacidade – e sustentabilidade – de criação de novos empregos. A taxa de inflação subiu significativamente em 2011, para os 3.6%, valor mais alto desde o último trimestre de 2008. Descontando os custos com a alimentação e energia, contudo, este valor ficou-se nos 2.2%.

Por sua vez, na **Zona Euro**, epicentro da crise das dívidas soberanas, o ano termina em clara desaceleração. À rápida e acentuada deterioração dos índices de confiança e à volatilidade dos mercados, que afectam decisivamente o investimento e o consumo privados, junta-se a urgente consolidação orçamental em vários Estados e a diminuição das exportações.

Apesar das recentes medidas aprovadas no sentido de garantir a liquidez do sistema financeiro – concertação de vários bancos centrais para o financiamento em

USD, extensão do prazo de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE) sem montante limite, e redução da respectiva taxa directora, para 1% - o processo de desalavancagem financeira ameaça prolongar-se por vários anos, comprometendo o crescimento económico, sobretudo nas economias europeias do sul. Segundo as últimas estimativas do FMI, a economia da Zona Euro deverá contrair 0.5%, em 2012, após o crescimento de 1.6% alcançado em 2011. Neste cenário, o crescimento será manifestamente insuficiente para permitir a diminuição da taxa de desemprego, que encerra o ano, na Zona Euro, colada aos 10%. Pressionada pelo elevado desemprego e reflexo da turbulência dos mercados financeiros e dos programas de austeridade entretanto implementados em vários países, a confiança dos consumidores terminou o ano em visível deterioração, nos -21.2 pontos. Tal como nos EUA, também na Zona Euro a taxa de inflação subiu significativamente, dos 1.6% em 2010 para os 2.6% em 2011. Mais uma vez, esta subida deveu-se essencialmente aos custos com energia e alimentação, sem os quais a taxa de inflação se teria quedado nos 1.6% em 2011.

De acordo com a generalidade das previsões de vários organismos internacionais, as economias emergentes e em desenvolvimento continuarão, nos próximos dois anos, a funcionar como motor da economia mundial, com taxas de crescimento muito acima da média. Segundo as últimas previsões do FMI, estas economias deverão crescer 5.4% em 2012. A atenção especial continua a recair sobre as chamadas economias BRIC. Segundo a mesma fonte, em 2012 a China deverá crescer 8.2%, a Índia 7.0%, a Rússia 3.3% e o Brasil 3.0%. Os países emergentes asiáticos continuam, pois, a constituir a região mais dinâmica a nível global, com crescimentos médios esperados na ordem dos 7.0%. Relativamente à Rússia e ao Brasil, as perspectivas de crescimento continuam muito dependentes da evolução das cotações das matérias-primas, em especial do petróleo, e do gás natural no caso da Rússia.

Ao longo do ano, a evolução da taxa de inflação nestes países foi um tema em destaque, considerando a subida verificada e as medidas de política monetária adoptadas no sentido de a controlar. Com efeito, um abrandamento maior do que o planeado nestes

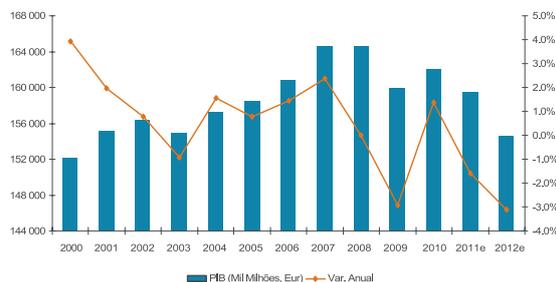
mercados pode comprometer de forma significativa o crescimento económico mundial em geral, e das economias desenvolvidas, em particular.

Economia Nacional

A nível nacional, o ano de 2011 ficou decisivamente marcado pelo pedido de auxílio financeiro do Estado português junto do Fundo Monetário Internacional (FMI), União Europeia (UE) e Banco Central Europeu. Com efeito, em Abril passado, com a perda de acesso do sector público e, conseqüentemente, dos bancos nacionais, a financiamento no mercado em condições sustentáveis, o Estado português viu-se obrigado a seguir o exemplo da Grécia e da Irlanda, assinando um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF). No acordo estabelecido com aquelas entidades (Troika), o Governo Português comprometeu-se a encetar um conjunto alargado de reformas estruturais no sentido de corrigir os graves desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos. Como contrapartida, foi estabelecida uma ajuda financeira no valor total de 78 mil milhões de euros, para assegurar o financiamento da economia nacional até ao terceiro trimestre de 2013, no pressuposto de que Portugal voltará nesta altura aos mercados internacionais.

O processo de ajustamento dos referidos desequilíbrios macroeconómicos, designadamente o elevado nível de endividamento externo, e a necessidade de consolidação orçamental condicionaram fortemente a evolução da economia portuguesa em 2011, prevendo o Banco de Portugal uma contracção do Produto Interno Bruto de 1.6%. Os efeitos recessivos dos ajustamentos macroeconómicos e estruturais acordados no âmbito do PAEF acentuar-se-ão em 2012, estimando-se uma recessão na ordem dos 3.1%. Com efeito, está prevista uma redução significativa da despesa pública, com o objectivo de baixar o défice público para os 4.5% e 3.0% em 2012 e 2013, respectivamente. A procura privada, como consequência da diminuição do rendimento disponível das famílias e do aumento da taxa de desemprego, deverá igualmente registar, em 2012, uma diminuição sem precedentes. Igualmente sem precedentes será a forte queda do investimento no período de 2011 a 2013, muito condicionado pelas condições de financiamento extremamente restritivas, tanto do Estado como das empresas.

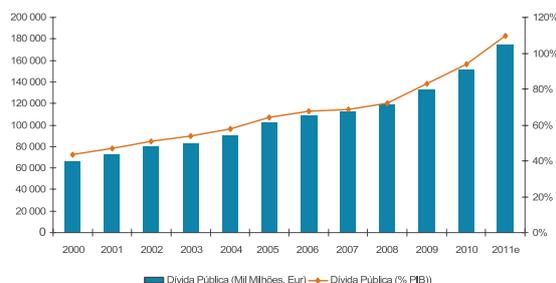
Evolução do Produto Interno Bruto Português



Mais positiva é a evolução esperada para as exportações, com uma taxa de crescimento de 7.3% e 4.1% em 2011 e 2012, respectivamente. Este bom desempenho das exportações, aliado à acentuada desaceleração das importações, deverá permitir uma forte recuperação do saldo da Balança de Bens e Serviços, dos -3.7% do PIB, em 2011, para os 2.4%, em 2013. A Balança Corrente e de Capital, por sua vez, deverá recuperar dos -6.8% do PIB em 2011, para os 0.8% em 2013.

A dívida pública terminou 2011 a representar 109.7% do PIB, prevendo-se que mantenha a trajetória ascendente até 2013, onde deverá atingir 118% do PIB, data a partir da qual se espera que comece então a diminuir.

Evolução da Dívida Pública Portuguesa





Indicadores Económicos

	2010	2011	2012	2013
Varição PIB				
EUA	3.0%	1.8%	1.8%	2.2%
Japão	4.4%	-0.9%	1.7%	1.6%
Zona Euro	1.9%	1.6%	-0.5%	0.8%
Portugal	1.4%	-1.6%	-3.1%	0.3%
Taxa de desemprego				
EUA	9.6%	9.0%	8.9%	8.6%
Japão	5.1%	4.6%	4.5%	4.4%
Zona Euro	9.9%	9.9%	10.3%	10.3%
Portugal	10.8%	12.4%	13.7%	13.3%
Investimento				
EUA	2.0%	3.4%	3.3%	4.6%
Japão	-0.2%	-0.3%	5.4%	3.7%
Zona Euro	-0.6%	2.1%	0.4%	2.3%
Portugal	-4.9%	-11.2%	-12.8%	-1.8%
Inflação (CPI var. face ao ano anterior)				
EUA	1.6%	3.2%	2.4%	1.4%
Japão	-0.7%	-0.3%	-0.6%	-0.3%
Zona Euro	1.6%	2.6%	1.6%	1.2%
Portugal	1.4%	3.6%	3.2%	1.0%
Consumo Privado				
EUA	2.0%	2.3%	2.2%	2.6%
Japão	2.0%	-0.2%	1.3%	1.3%
Zona Euro	0.8%	0.4%	0.1%	0.9%
Portugal	2.3%	-3.6%	-6.0%	-1.8%

Fonte: FMI (Jan-12), Banco de Portugal (Dez-11) e OCDE (Nov-11)

Mercados

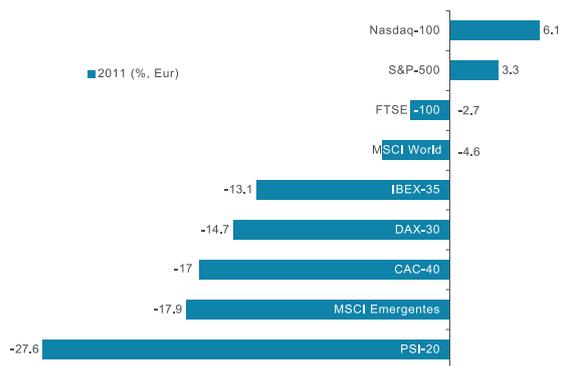
A incerteza e volatilidade regressaram aos mercados financeiros em 2011. Vários acontecimentos condicionaram negativamente o sentimento dos investidores: a escalada da crise da dívida soberana europeia, o terramoto e desastre nuclear no Japão, o abrandamento da economia mundial, a subida das taxas de juro nos países emergentes e o impasse político nos EUA, em torno das políticas orçamentais e de dívida pública, que no Verão passado ameaçou o incumprimento da maior economia mundial. Apesar de todos estes eventos, o índice accionista MSCI World perdeu apenas 7.6%, em Usd (-4.6%, em Eur). Mais dramático foi o alargamento dos *spreads* de crédito das empresas e de vários estados soberanos europeus.

Mercados Accionistas

Nos EUA, em 2011, o índice S&P-500 terminou o ano inalterado e o índice Nasdaq-100 subiu 2.7% em Usd. No mesmo período, penalizados pela crise das dívidas soberanas, os índices europeus EuroStoxx-50 e Dax-30 desvalorizaram 17.0% e 14.7% em Eur, respectivamente. O ano ficou marcado pelo aumento da volatilidade que, medida pelos índices VIX e VStoxx, subiu 31.8% e 34.4%, respectivamente.

Na Europa, destacou-se pela positiva o mercado inglês, cujo índice FTSE-100 desvalorizou 5.6%, em Gbp. Mais penalizados foram, como consequência das violentas quedas das cotações dos respectivos bancos, os índices francês (CAC-40, -16.9%) e italiano (MIB, -25.2%). Também muito em foco durante o ano esteve a Espanha, cujo índice de referência desvalorizou 13.1%.

Evolução dos Principais Índices Bolsistas



Fonte: Bloomberg

Um outro reflexo do aumento da aversão ao risco foi a significativa *underperformance* dos mercados accionistas dos países emergentes e em desenvolvimento, que, em média, desvalorizaram 20.4%, em Usd (-17.9%, em Eur). No universo dos países BRIC, as perdas foram igualmente significativas, compreendidas entre os -34.6% da Índia e os -15.5% da China, ambos em Eur.

A nível sectorial, e restringindo a análise à Europa, os sectores mais cíclicos e mais relacionados com as matérias-primas foram os mais penalizados: Recursos Básicos (-30.1%), Automóveis (-24.1%) e Construção (-19.6%). Também o sector financeiro foi severamente atingido, com perdas médias de 32.5% e 13.7% nos Bancos e Seguradoras, respectivamente. Em terreno positivo apenas encerraram os sectores

Farmacêutico (+11.8%), Alimentação e Bebidas (+5.4%) e Energia (+1.4%).

No mercado nacional, o índice PSI-20 perdeu 27.6%, em 2011. Mais uma vez, o ano caracterizou-se, acima de tudo, por uma elevada dispersão de rendibilidades. No global do ano, as melhores performances foram as registadas pelas acções da Jerónimo Martins (+12.2%), EDP Renováveis (+9.0%) e Cimpor (+4.9%). Pela negativa, destacaram-se as perdas sofridas pelo sector bancário: BCP (-74.8%), BPI (-61.8%), BES (-53.1%) e Banif (-60.9%).

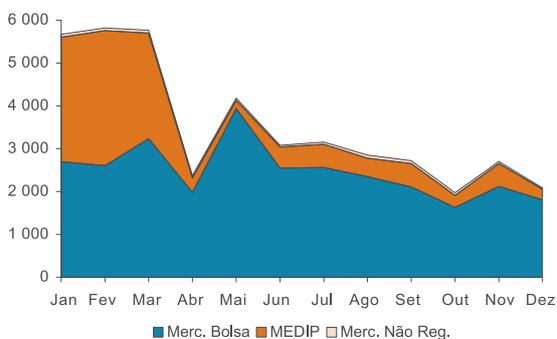
Evolução do Índice PSI-20



Fonte: Bloomberg

O valor das transacções efectuadas no mercado secundário nacional a contado decresceu cerca de 59%, para os 42.3 mil milhões de euros, em 2011. Todos os principais segmentos do mercado registaram quedas acentuadas nos valores transaccionados, com destaque para o Mercado Especial da Dívida Pública (MEDIP), com uma perda superior a 80%. O valor transaccionado no mercado regulamentado Euronext Lisbon caiu 28.6%, para os 29.6 mil milhões de euros.

Evolução do Volume de Transacções no Mercado Secundário da Euronext Lisboa



Unidade: Mil milhões de euros. Fonte: CMVM

Mercado Cambial

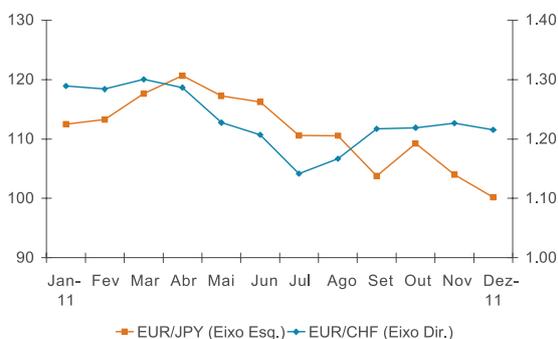
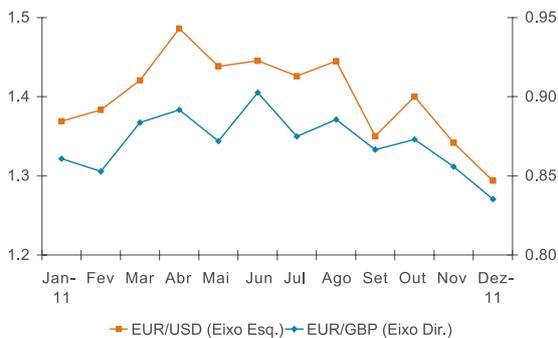


Não obstante toda a turbulência verificada nos mercados financeiros europeus em torno da crise das dívidas soberanas, a cotação do Euro, apesar de volátil, encerrou o ano apenas ligeiramente negativa face ao dólar norte-americano (-3.2%) e à Libra esterlina (-3.0%).

Com efeito, após um primeiro semestre bastante negativo, com o Eur/Usd a atingir os 1.4830, o Usd inverteu esta tendência, tendo-se apreciado até aos 1.30. Para além do tradicional refúgio em dólares norte-americanos em períodos de incerteza, desta vez o Usd teve alguns factores a seu favor, como o melhor momento económico dos EUA, com os indicadores de confiança em terreno positivo, ao contrário do verificado na Europa.

O Euro perdeu ainda para um conjunto de outras moedas tradicionalmente consideradas de refúgio como o iene, o franco suíço (CHF) e a coroa sueca (SEK). As divisas de países exportadores de matérias-primas com economias fortes, como por exemplo a coroa norueguesa (NOK), o dólar canadiano (CAD) e o dólar australiano (AUD) registaram igualmente uma apreciação face ao Euro.

Evolução das Taxas de Câmbio



Fonte: Bloomberg



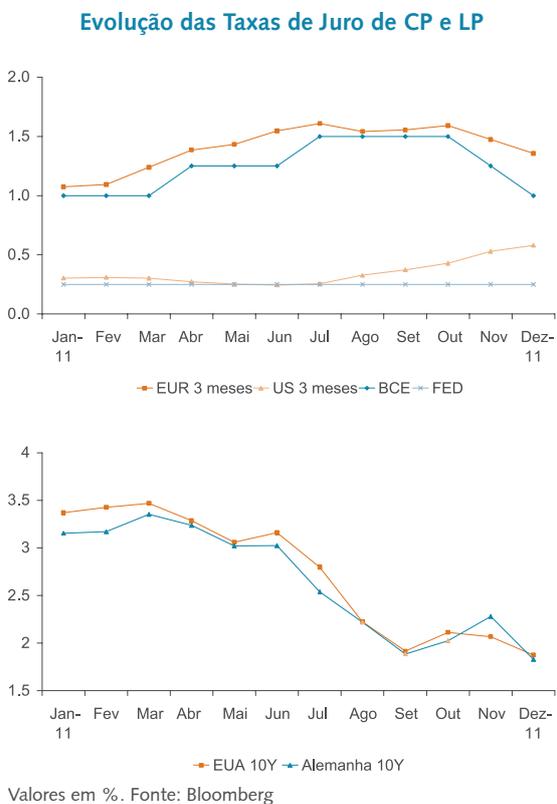
Mercados Obrigacionistas

Ao longo do ano, também a evolução das taxas de juro foi fortemente condicionada pela crise da dívida soberana na Zona Euro. Nesta região, a ocorrência mais significativa foi o acentuado *flattening* (aproximação entre as taxas de juro de curto e longo prazo) das curvas de taxas de juro, descontando um cenário macroeconómico menos positivo para os próximos dois anos. Já perto do fim do ano, o BCE voltou a baixar a taxa de juro directora, para 1%, reconhecendo a actual fragilidade das economias da Zona Euro.

Nos EUA, o cenário foi - e permanece - idêntico: a FED deverá manter a taxa directora inalterada nos 0.25% até 2014, e a curva de taxas de juro registou, igualmente, uma diminuição do diferencial entre as taxas de longo e curto prazos. As taxas a 5 e 10 anos terminaram o ano nos 1.23% e 2.04%, respectivamente.

No segmento da dívida pública, os receios de alastramento da crise da dívida soberana na área do euro conduziram as *yields* das obrigações dos países 'refúgio', nomeadamente dos EUA e da Alemanha, para valores extremamente baixos historicamente.

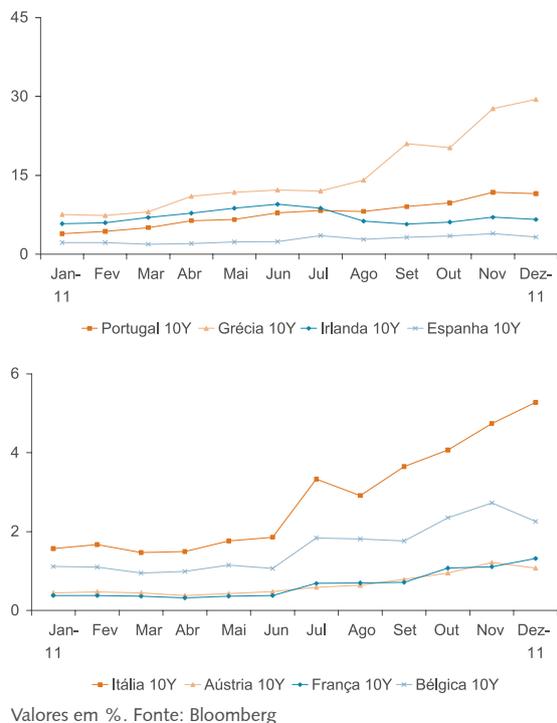
Em termos nominais, as taxas implícitas nas



obrigações a 10 anos nestes dois países terminaram o ano nos 1.88% e 1.83%, respectivamente, abaixo dos níveis registados em 2008, no caso dos EUA. Em termos reais, isto é, descontando as respectivas taxas de inflação, estas *yields* passaram mesmo para terreno negativo (-1.5%, nos EUA e -1.1%, na Alemanha).

Com efeito, o ano ficou decisivamente marcado pela escalada da crise da dívida soberana na Zona Euro. Após a Grécia e a Irlanda em 2010, Portugal, no segundo trimestre de 2011, viu-se obrigado a recorrer ao auxílio financeiro conjunto do Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu, num montante total de 78 mil milhões de euros, até 2013. Contudo, a crise não se revelou limitada a estes três países de menor dimensão, tendo, sobretudo no último trimestre do ano, ameaçado propagar-se a países como a Espanha e Itália, assim como a outros países mais centrais. Com efeito, para além dos países periféricos, também as *yields* das obrigações soberanas francesas, belgas e austríacas registaram subidas significativas, tendo os respectivos *spreads* para a dívida alemã terminado em valores máximos históricos.

Crise da dívida soberana europeia – spreads para a Alemanha



No sentido de conter este contágio, durante o último trimestre foram realizadas duas cimeiras europeias, a primeira em finais de Outubro, e a segunda no



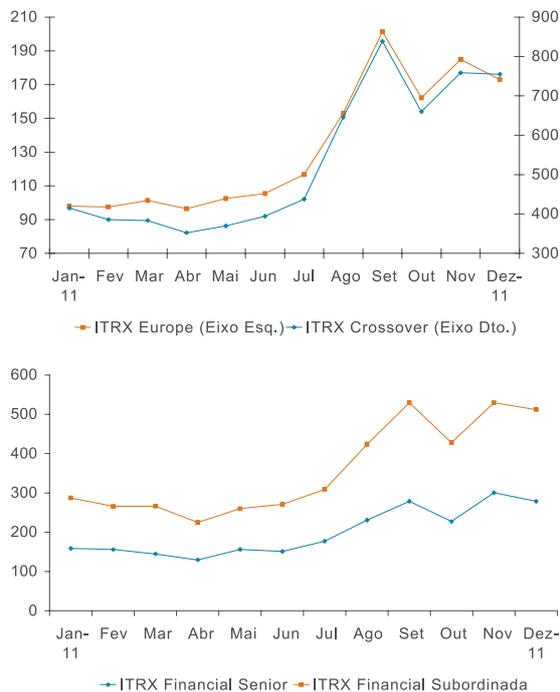
início de Dezembro. Esta última constituiu, na prática, uma extensão da primeira, com a definição mais objectiva de algumas das medidas anteriormente anunciadas: o risco de participação do sector privado em futuras reestruturações 'voluntárias' foi reduzido, passando o seu envolvimento a ser analisado caso a caso; alteração das constituições de cada país, ou documentos equivalentes, no sentido de impor limites aos défices públicos estruturais; o reconhecimento do Tribunal Europeu para verificação da transposição deste limite para as várias jurisdições; sanções automáticas para os países que violem o limite de 60% de dívida pública relativamente ao respectivo PIB (anteriormente estas sanções eram propostas pela Comissão Europeia); o cancelamento destas sanções passa a exigir uma maioria qualificada no Conselho Europeu; e, particularmente importante, o reforço dos mecanismos de estabilização financeira. O Mecanismo de Estabilização Europeia (ESM) foi antecipado para ficar operacional em Julho de 2012, e reforçado para um montante de 500 mil milhões de euros. Foi ainda acordada uma transferência de 200 mil milhões de euros para o FMI, para reforço da capacidade de ajuda aos países europeus em maiores dificuldades. Com este reforço, a capacidade de resposta, embora ainda longe dos 1.000 milhões, passou a ser bastante satisfatória, apesar dos riscos de implementação serem ainda grandes.

Por seu turno, no segmento da dívida privada, o ano ficou marcado por um significativo alargamento dos *spreads* de crédito. Este alargamento foi particularmente acentuado no sector financeiro, com os *spreads* a atingirem níveis muito próximos dos verificados em 2008, após a falência do banco Lehman Brothers. Tal movimento é, aliás, coerente com o que se assistiu nos mercados accionistas, reflectindo o esperado abrandamento da economia mundial, em particular da europeia, numa conjuntura de desalavancagem financeira pronunciada e aumento da aversão ao risco.

Mercado de Commodities

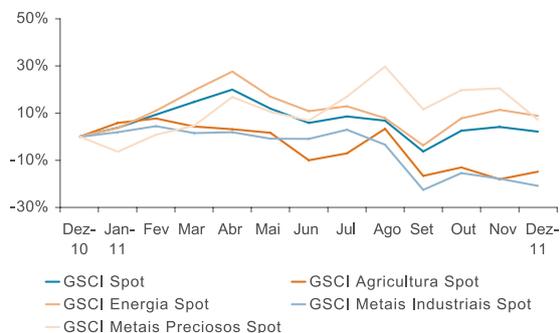
No universo das matérias-primas, o grande protagonista voltou a ser o Ouro, cuja cotação subiu em 2011, pelo 11º ano consecutivo, num movimento de refúgio, em larga medida semelhante ao verificado em algumas moedas, como o CHF, e na dívida pública alemã e norte-americana. A volatilidade foi, contudo, elevada; após o máximo de 1921 Usd, registado em Setembro passado, a cotação deste metal precioso corrigiu rapidamente para os 1523 Usd, terminando o ano nos 1564 Usd.

Evolução dos spreads de crédito na Europa



Os restantes sectores – Metais Industriais, Agricultura e Energia – registaram performances muito inferiores, em especial os dois primeiros, com perdas superiores a 14%, condicionados pelos receios de um abrandamento súbito na economia chinesa e agravamento da crise financeira europeia. O petróleo, apesar de vulnerável aos ciclos económicos, terminou o ano em alta (+8.1%), suportado pela instabilidade política no Médio Oriente e Norte de África, decorrente do movimento da 'primavera árabe'.

Evolução das Matérias-Primas





Síntese da Actividade Desenvolvida

Indicadores Consolidados (Euros)	2009	2010	2011
Margem Financeira	14.226.504	14.663.319	13.503.528
Resultados de Operações Financeiras	2.396.609	544.134	-3.774.262
Comissões Líquidas	1.727.558	1.917.436	1.675.254
Outros Resultados de Exploração	340.985	197.526	-102.596
Produto Bancário	18.691.656	17.322.415	11.301.924
Custos com Pessoal	-4.083.916	-4.461.988	-4.802.194
Outros Gastos Administrativos	-2.961.261	-3.200.784	-3.606.725
Custos de Estrutura	-7.045.177	-7.662.772	-8.408.919
Amortizações	-474.246	-519.662	-642.021
Provisões e imparidades Líquidas	-1.974.930	225.742	-6.961.793
Resultados antes de Impostos	9.197.303	9.365.723	-4.710.809
Provisão para Impostos	-4.034.551	-2.165.059	1.185.200
Resultados Líquidos	5.115.469	7.212.087	-3.537.882
<hr/>			
Crédito Concedido Líquido	260.918.568	240.556.874	215.023.847
Recursos Captados	485.906.510	513.556.051	477.378.510
Capitais Próprios	55.840.488	58.593.156	50.830.060
Activo Líquido	547.546.903	577.968.842	536.756.330



O exercício de 2011 foi particularmente adverso para o sector bancário europeu, em especial para os bancos nacionais. A actividade do sector foi condicionada pela crise da dívida pública europeia, pela recessão verificada na economia portuguesa e pelo acordo assinado com a Troika que, para além das medidas de controlo das finanças públicas, definiu os auxílios estatais aos bancos portugueses e as medidas de reestruturação do sector financeiro.

A solução encontrada para a reestruturação da dívida pública Grega, que subordinou os investidores privados em relação aos outros credores (FMI, BCE, BEI, ...) e os obrigou a assumir perdas bastante superiores às estimativas iniciais, provocou uma queda muito significativa dos preços das obrigações daquele país. Por outro lado, verificou-se um efeito de contágio à dívida pública Portuguesa, Espanhola e Italiana, com especial amplitude na dívida pública nacional.

Este efeito foi especialmente prejudicial para os bancos portugueses. De facto, em Julho de 2011, a *European Bank Association* (EBA) divulgou uma metodologia para determinação dos níveis de solvabilidade adequados para os principais bancos europeus, obrigando-os a constituírem um *buffer* de capital equivalente às menos valias potenciais dos títulos de dívida pública que detinham em balanço. Ao contrário da maior parte dos seus congéneres europeus, os bancos nacionais não detinham mais-valias em dívida pública do seu país para compensarem as menos valias registadas em títulos de dívida da República Grega.

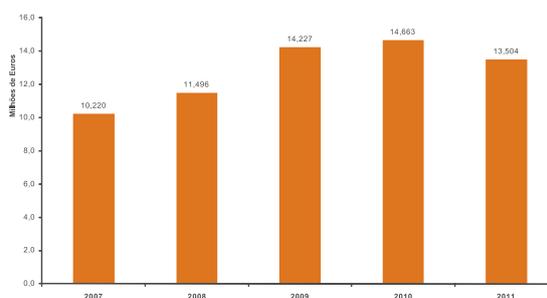
O contexto macroeconómico nacional também contribuiu negativamente para o desempenho do sector. A recessão registada em 2011, com uma quebra acentuada do investimento e do consumo privado, provocou uma aceleração do incumprimento no crédito concedido, à medida que um número crescente de agentes económicos foi demonstrando incapacidade de cumprir as suas obrigações creditícias. A redução dos rácios de transformação acordados com a Troika aumentou a pressão sobre os clientes, restringindo fortemente a capacidade dos bancos concederem novos financiamentos.

Esta conjuntura, extremamente adversa, afectou negativamente os resultados do Banco Invest em 2011. Os resultados líquidos foram negativos em 3,537 milhões de euros, essencialmente em consequência das perdas incorridas na carteira de obrigações. De facto, se excluirmos os proveitos de juro das obrigações detidas pela Banco, o resultado

atribuível à actividade de carteira própria foi negativo em 8,9 milhões de euros, sendo em grande parte justificado por uma exposição de 8,5 milhões de euros à dívida pública Grega.

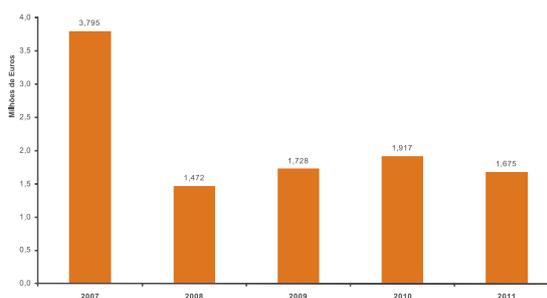
A margem financeira decresceu 7,9% para 13,5 milhões de euros. O crescimento dos proveitos de juro não foi suficiente para compensar o aumento dos custos financeiros. De facto, a diminuição do diferencial entre as euribor de 6 e 1 mês foi bastante significativa e contribuiu para que o custo de *funding*, em grande parte associado à euribor de 1 mês, crescesse mais significativamente do que os proveitos da carteira de crédito, indexados, na sua maioria, à euribor de 6 meses. Apesar da redução da carteira de crédito, o Banco conseguiu aumentar os proveitos financeiros em 6,2%, reflectindo o esforço de aumento de *spread* nas novas operações de crédito.

Evolução da Margem Financeira



As Comissões Líquidas caíram 12,6% para 1,675 milhões de euros. Esta queda deveu-se essencialmente à redução dos proveitos de corretagem, reflexo da falta de interesse dos investidores pelos mercados accionistas e obrigacionistas. Nas restantes áreas de actividade do Banco, as comissões associadas a serviços prestados a Clientes cresceram 10%, reflectindo o incremento do número de Clientes particulares e institucionais, e dos produtos e serviços colocados pelo Banco.

Evolução das Comissões Líquidas





Os Custos de Estrutura cresceram 9,7%, reflectindo os investimentos do Banco no sentido de aumentar o seu envolvimento junto de clientes particulares com poupanças a partir de 5.000 euros. Estes investimentos foram essencialmente efectuados em quatro domínios: tecnologia e sistemas de informação, recursos humanos – em especial nas áreas comerciais e de sistemas – abertura de Centros de Investimento e comunicação. No âmbito deste projecto, o Banco Invest lançou em 2011 um novo *website* transaccional, uma plataforma de *trading online* e um cartão multibanco, e abriu um Centro de Investimento em Lisboa. Para além deste último, e do Centro de Investimento de Leiria, está prevista para o próximo mês de Maio a inauguração do Centro de Investimento do Porto.

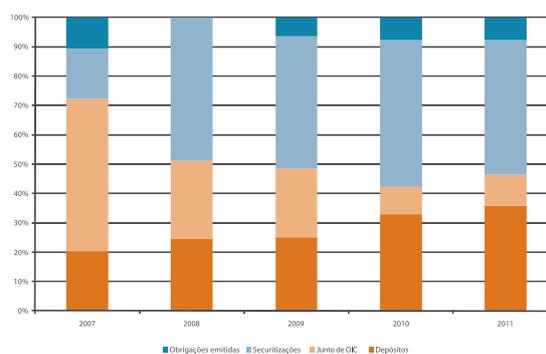
O Activo Líquido reduziu-se em 7,1%, essencialmente em resultado dos decréscimos de 18,2% na carteira de títulos e 12,5% na carteira de crédito. Consequentemente, o rácio de transformação de depósitos em crédito (crédito não titularizado / depósitos de clientes) passou de 55,1% em 2010 para 43% em 2011, um dos mais fortes do sector. De facto, a média do sector não foi para além dos 145% em 2011, sendo que o objectivo acordado com a Troika para 2014 é de 120%. Este indicador reflecte a saudável estrutura financeira do Banco e a sua reduzidíssima dependência do mercado de *wholesalefunding* para se financiar.

O aumento da liquidez disponível - as disponibilidades em Bancos Centrais e em outras Instituições de Crédito cresceram 81% - permitiu já em Fevereiro de 2012 que o Banco reembolsasse o empréstimo obrigacionista de 25 milhões de euros com Aval do Estado Português, sendo provavelmente o único Banco nacional que amortizou na totalidade as emissões e empréstimos garantidos pelo do Estado, disponíveis desde 2008.

Ao longo do exercício, o Banco manteve uma atitude proactiva na conjugação das diversas alternativas de financiamento de que dispõe, no sentido de otimizar o custo de *funding* e reduzir o risco de refinanciamento. Os recursos captados junto de clientes cresceram 8,4% para 117 milhões de euros, com o incremento em depósitos obtido maioritariamente junto de clientes particulares. Os recursos associados a activos transferidos, que resultam da titularização de operações de crédito, consubstanciam recursos estáveis, obtidos em operações de *true sale* colocadas junto de investidores finais. Por outro lado, as operações de financiamento junto do Banco Central

Europeu (BCE), que registaram um decréscimo de 19,1% em 2011, são utilizadas, na íntegra, para financiar uma parte da carteira de obrigações do Banco. A qualquer momento, estas operações de financiamento podem ser reembolsadas através da venda, no mercado, de parte da carteira de títulos.

Evolução da Estrutura de Recursos (excluindo BCE)



No termo do exercício, o rácio de solvabilidade do Banco Invest, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingia os 12,9%, um dos rácios mais elevados do sector financeiro nacional. Os rácios Core Tier I e Tier I atingiram ambos o valor de 13,2%.

Actividade Desenvolvida

Cientes Empresas

A oferta de serviços nesta área é dirigida sobretudo às pequenas e médias empresas nacionais, com soluções específicas e não padronizadas, que procuram acrescentar valor para o Cliente.

Através de equipas multidisciplinares, o Banco consegue reunir um conjunto de valências que permitem construir soluções tecnicamente sólidas, e dirigidas às necessidades de cada Cliente. Por outro lado, o elevado grau de formação dos seus quadros, a vasta experiência que detêm, e a rapidez dos processos internos de decisão asseguram a qualidade dos serviços prestados.

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que podem acrescentar valor em determinadas operações, nomeadamente na área de *Corporate Finance*.

Corporate Finance

A área de assessoria financeira e *Corporate Finance* manteve-se focada na prestação de serviços às pequenas e média empresas nacionais, nomeadamente reestruturações financeiras e avaliações de empresas.

O Banco manteve a participação no consórcio de *Advisers* Financeiros ao agrupamento Altavia, candidato às PPP's para a construção, exploração e manutenção das infra-estruturas da futura rede ferroviária de alta velocidade. Durante o ano de 2011, foi cancelado o concurso para a construção da ligação Lisboa-Poceirão em Alta Velocidade e suspenso o processo de construção da rede.

Foram ainda assinados protocolos com o IAPMEI para disponibilização aos clientes das linhas PME Invest.

Gestão de Risco

A actividade de produtos financeiros derivados para Empresas, numa óptica de cobertura de risco, registou um decréscimo em 2011. Com efeito, num cenário de incerteza relativamente à evolução das taxas de juro, as Empresas revelaram-se particularmente cautelosas na tomada de decisões de cobertura deste risco. A excepção foram os segmentos de taxas de câmbios e de *commodities*, cujos crescimentos, contudo, não foram suficientes para contrabalançar a diminuição da actividade em produtos de cobertura de risco de taxa de juro.

O compromisso do Banco continua a ser a disponibilização de soluções estruturadas de elevado valor acrescentado, construídas especificamente e conjuntamente com os Clientes, sobre taxas de juro, taxas de câmbio e matérias-primas.

No universo das *commodities*, destaca-se a procura por produtos sobre a cotação do Ouro, a qual, pelo 11º ano consecutivo voltou a valorizar, numa conjuntura marcada por uma elevada volatilidade.

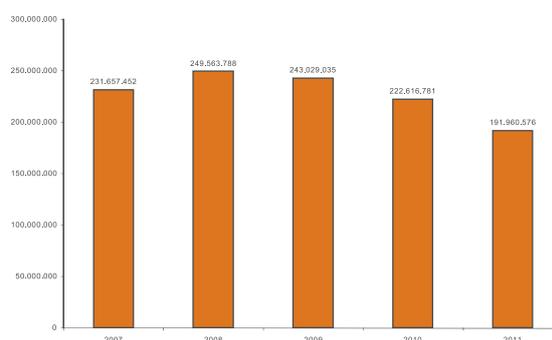
Crédito Especializado

Considerando o ambiente pouco propício ao crescimento e a expectável pressão sobre o mercado imobiliário, a Administração do Banco tomou a decisão, em finais de 2008, de reduzir a sua actividade de crédito de médio longo prazo a empresas. Deste

modo, ao longo do ano de 2011, o Banco manteve uma atitude restritiva neste domínio. As novas operações de crédito foram, essencialmente, concedidas a clientes do Banco com um perfil de risco reduzido.

Neste quadro, tem-se vindo a assistir desde 2008 a uma redução do valor da carteira do crédito concedido ao investimento das Empresas, crédito esse colateralizado com garantias imobiliárias. A redução em 2011 foi de 13,77% correspondendo a 30,7 milhões de euros.

**Evolução do Crédito Vincendo –
Actividade Empresarial**



A carteira de crédito apresenta uma elevada dispersão, com uma operação média em torno dos 250.000 euros, composta essencialmente por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial.

A quase totalidade da carteira de crédito está suportada por garantias reais, encontrando-se assim bastante limitadas as potenciais perdas provenientes do eventual incumprimento dos devedores. No final do exercício de 2011, 93% da carteira de crédito estava coberta por garantias reais, sendo que no crédito garantido o montante do capital em dívida não ultrapassava os 52,2% do valor de mercado das garantias totais associadas (*loan-to-value*). Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

As garantias imobiliárias são objecto de reavaliação periódica, por Técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que reflectem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários regionais, natureza dos imóveis, potencial de utilização e grau de liquidez. As demais garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras.





Garantias sobre Crédito Vincendo à Actividade Empresarial

Tipo de Crédito	Capital	Tipo de Garantia			
		Imobiliária	Outras	Penhor Financeiro	Total
Com Garantia					
Mútuo	79.079.599	102.025.318	766.000	51.977.317	154.768.636
Leasing imobiliário	93.748.664	172.550.431	203.460	1.768.075	174.521.965
Leasing mobiliário	347.735	-	347.735	-	347.735
Contas correntes	5.803.202	4.202.720	614.964	8.663.976	13.481.660
Sem Garantia	12.981.377	-	-	-	-
Total	191.960.576	278.778.469	1.932.159	62.409.368	343.119.996

Clientes Particulares

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia-a-dia, o Banco Invest oferece aos seus clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto alargado de alternativas de investimento, podendo optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, dos conhecimentos financeiros e da disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

Na componente accionista, o Banco continuou a estruturar produtos com capital garantido ou elevada protecção do capital, aproveitando a elevada volatilidade dos mercados, nomeadamente do sector financeiro, num cenário de queda dos principais índices europeus.

Na componente obrigacionista, antecipando a turbulência provocada pelo agudizar da crise da dívida soberana europeia, o Banco reduziu a exposição dos Clientes a obrigações subordinadas de instituições financeiras por obrigações *corporate* portuguesas de

maturidades mais reduzidas, fortemente penalizadas pelo aumento de risco da República Portuguesa.

Para os clientes mais conservadores, o Banco prosseguiu, ao longo do ano, com emissões regulares de depósitos indexados, com capital garantido, a acções, índices de acções e matérias-primas.

Gestão de Activos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão Discricionária ao investimento directo em produtos transaccionados em bolsa, passando pelos produtos estruturados e fundos de investimento próprios e estrangeiros. Para os Clientes que desejam uma maior intervenção na gestão das suas poupanças mantendo, contudo, um aconselhamento profissional, o Banco disponibiliza, ainda, um serviço de *Advisory*. Este produto permite o acesso à composição das carteiras geridas pelo Banco e às alterações efectuadas periodicamente, deixando ao Cliente a decisão da respectiva implementação. Em 2011, estas carteiras registaram desempenhos relativos, face aos respectivos *benchmarks*, mistos, num ano marcado pela incerteza macroeconómica a nível global, volatilidades nos mercados cambiais e crise da dívida soberana na Europa.

Entre os produtos montados e geridos pelo Banco,

destacam-se os seguintes:

- “Invest Bolsas (Ser. 1/2011)”, um produto estruturado com capital garantido e prazo de 12 meses, com possibilidade de reembolso antecipado automático trimestralmente. O produto, cuja remuneração estava indexada às acções de três empresas gestoras de bolsas internacionais, reembolsou na primeira observação trimestral, em Dezembro, com uma rentabilidade de 5.87% (TANB);
- “Invest Oportunidades Mundiais (Ser. 1/2010)”, um produto estruturado com capital garantido, prazo de 12 meses e remuneração indexada aos mercados accionistas europeu, norte-americano e brasileiro. O produto reembolsou, em Junho, com uma rentabilidade de 5.90% (TANB);
- “Invest Agricultura (Ser. 2/2010)”, um produto estruturado com capital garantido e prazo de 36 meses, com possibilidade de reembolso antecipado automático anualmente. O produto, com remuneração indexada a um cabaz de *commodities* agrícolas, reembolsou na primeira observação anual, em Fevereiro, com uma rentabilidade de 4.90% (TANB);
- “Invest Reverse Convertible Jerónimo Martins (Ser. 1/2011)”, um produto estruturado sem capital garantido, prazo de três meses e remuneração indexada às acções da empresa nacional Jerónimo Martins. O produto foi reembolsado, em Dezembro, com uma rentabilidade de 17.9% (TANB).
- O serviço de *Advisory*, cujos desempenhos relativos face aos respectivos *benchmarks* voltaram a ser bastante positivos, sobretudo considerando a elevada volatilidade registada em todas as classes de activos, ao longo do ano, com particular destaque para o mercado nacional.

Durante o ano de 2011, o Banco lançou 38 novos produtos estruturados, com remuneração indexada a acções individuais, índices de acções, *exchange traded funds* e taxas de câmbio.

Corretagem

Com excepção do mercado norte-americano, a maioria dos mercados accionistas registou em 2011 um desempenho negativo. Com quedas acentuadas estiveram as bolsas dos chamados países periféricos, onde Portugal está inserido. A bolsa nacional, medida pelo índice PSI20, registou uma queda de 27.6%. O volume transaccionado nas principais bolsas mundiais caiu significativamente, com excepção do mercado alemão, onde o *turnover* das acções representativas do DAX cresceu 12,5%.

A actividade de corretagem do Banco foi obviamente afectada pela queda dos volumes transaccionados em bolsa nos mercados de acções e obrigações. No entanto, o decréscimo do volume de negócios do Banco nesta actividade foi substancialmente inferior à redução do volume de transacções do mercado. O Banco continua a competir com base na qualidade do serviço prestado, destacando-se o relacionamento directo dos Clientes com os *traders*, o aconselhamento activo de investimento assente em informação fundamental e técnica, a gestão de ordens, análise de tendências, níveis de entrada e saída dos títulos, e a análise isenta e independente dos riscos envolvidos nas transacções.

Crédito Especializado

Embora o Banco não tenha intervenção no designado crédito ao consumo, desenvolveu e tem em gestão corrente dois produtos específicos dirigidos a Clientes Particulares: as contas margem e o crédito com garantia de metais preciosos. Orientadas para investidores no mercado de valores mobiliários, as contas margem permitem aos Clientes alavancar os seus fundos próprios sob penhor das respectivas carteiras, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais.

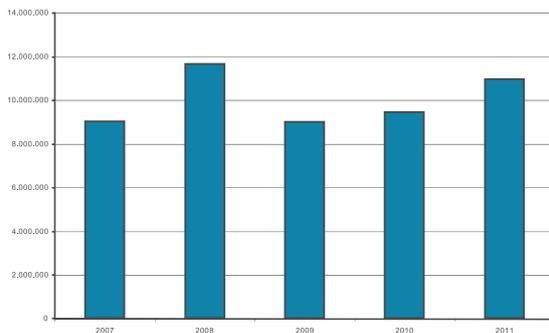
A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é essencialmente dirigida a Clientes





que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investida em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.

Evolução do Crédito Vincendo - Clientes Particulares



Apesar do decréscimo da carteira total de crédito do Banco, o crédito concedido a particulares cresceu 12,7% em 2011.

Clientes Institucionais

A vantagem competitiva do Banco Invest na prestação de serviços a Clientes institucionais assenta, por um lado, no elevado grau de especialização e experiência dos seus quadros, e por outro, na capacidade de estruturar soluções à medida das necessidades dos Clientes.

Uma estrutura organizacional com poucos níveis hierárquicos e uma Administração envolvida e próxima da condução corrente do negócio potencia rapidez na tomada de decisões, muito valorizada pelos Clientes, mesmo em operações mais complexas. Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, cobertura e gestão de riscos e custódia de fundos de investimento.

Corretagem

Estruturado para responder a investidores muito activos, e com um grau de exigência elevado, o

serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais. Por outro lado, o peso do segmento institucional no volume de negócios do Banco nesta área tem vindo a crescer, tendo já uma importância considerável.

O Banco conjuga uma atitude proactiva na procura de oportunidades firmes de negócio que propõe aos seus clientes, tanto no *sell* como no *buy side*, com a disponibilização de uma plataforma de execução e de transmissão de informação rápida e eficiente.

Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais, na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras para os respectivos Clientes. A oferta disponibilizada inclui produtos sobre acções e índices de acções, taxas de juro e câmbio e, ainda, *exchange traded funds* e matérias-primas. Ao longo do ano, foram originados vários produtos estruturados, na sua maioria sobre acções individuais. Pela conjuntura de mercado – elevada volatilidade nos mercados accionistas – a estrutura que suscitou maior interesse foi o *Reverse Convertible*, um produto com um cupão fixo elevado, função da volatilidade do Indexante, mas com risco de perda de capital.

Gestão de Risco

A crescente complexidade e volatilidade dos produtos e mercados financeiros tornam cada vez mais importante a questão da gestão do risco, também, para os clientes Institucionais. Neste sentido, a oferta do Banco Invest procura responder a estes desafios com produtos personalizados e inovadores, em condições consideradas competitivas. O leque de produtos estende-se da fixação de preço aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional, visando beneficiar das expectativas do Cliente sobre os mercados para obter um melhor nível de cobertura.



Custódia

O Banco Invest manteve a sua actuação enquanto banco depositário de referência para as sociedades gestoras de fundos independentes a actuar no mercado nacional. No âmbito dos serviços de custódia de fundos imobiliários, o Banco Invest põe à disposição dos seus Clientes o profundo *know-how* imobiliário do Grupo Alves Ribeiro, nomeadamente no apoio à estruturação e montagem dos fundos, procurando oferecer a solução mais adequada em função das especificidades de cada operação.

No término do exercício, o Banco Invest era depositário de mais de 30 fundos, com activos totais de aproximadamente 570 milhões de euros.

Actividade de Carteira Própria

Gestão de Riscos de Mercado

O Banco intervém de forma activa na gestão dos diversos riscos de mercado: acções, obrigações, investimentos alternativos, câmbios e respectivos derivados.

A gestão de riscos de mercado tem como objectivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais, quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos mercados.

A definição dos limites de risco, globais e parcelares, assenta em metodologias de *Value at Risk* (VaR), análise de risco de crédito – *rating*, *basis point value*, *stress tests* e limites de concentração por activo, por sector e por país.

As várias estratégias utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de activos e estilos de negociação, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta actividade. O peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.



No ano de 2011, o VaR médio mensal total da Sala de Mercados foi de 6.474.824 Euros. No final do ano aquele indicador registava o valor de 6.308.802 euros. Apesar da redução dos valores investidos pelo Banco na sua carteira de títulos, o *Value-at-Risk* médio mensal da carteira aumentou em relação ao ano anterior, fruto do aumento de volatilidade verificado no mercado.

Gestão de Risco Acções

O Banco intervém no mercado de acções através da Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda (Carteira de Investimento) e da Carteira de Negociação (Carteira de *Trading*).

As aplicações efectuadas no âmbito da gestão da Carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos sectores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

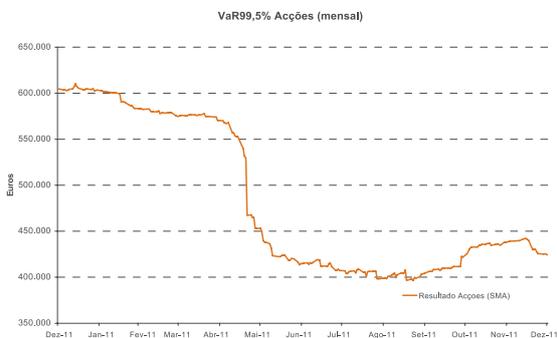


As estratégias, os limites de risco e o orçamento das carteiras são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo a Sala de Mercados intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Em termos de títulos, o objectivo é ter uma carteira longa, podendo esta, em ocasiões menos favoráveis, não existir. Em termos de futuros, o Banco pode ter posições longas ou curtas, de acordo com as expectativas de evolução do mercado.

Podem ser utilizadas diversas estratégias, entre as quais se destacam a Análise Técnica e o *Systematic Trading* – utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading* – bem como a identificação de padrões de comportamento recorrente, assim como de indicadores que determinem movimentos significativos de mercado.

Durante o ano de 2011, em função do comportamento volátil do mercado accionista, o banco manteve a actividade de *trading* de acções em níveis reduzidos.



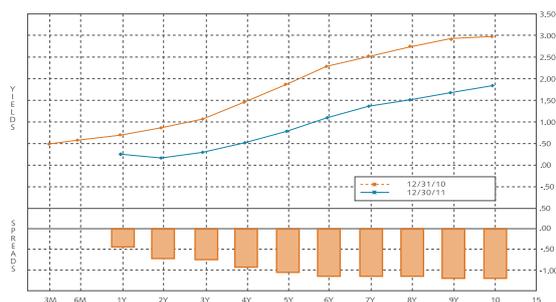
Em 2011, o VaR médio mensal da carteira de acções do Banco foi de 483.599 Euros. Este valor reduziu-se significativamente em Abril por via da redução da quantidade de activos detidos na carteira.

Gestão de Risco Taxa de Juro

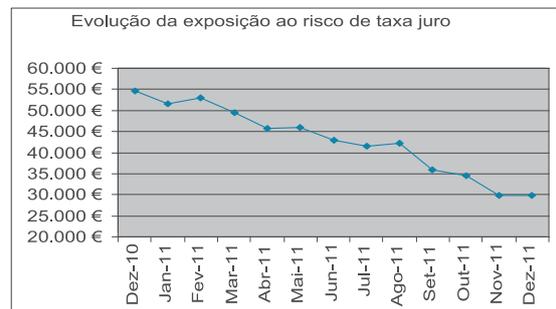
Durante o ano de 2011, as taxas de juro subiram até ao mês de Abril, iniciando então uma trajectória descendente, na sequência do agravamento da crise da dívida soberana na zona Euro, que conheceu o seu apogeu em Novembro. Nesse mês, as dívidas

espanhola e italiana estiveram sob grande pressão, o que levou a uma revisão em baixa do crescimento esperado na Europa para 2012 e à redução das taxas de cedência de fundos do Banco Central Europeu. Em termos anuais, a variação homóloga é significativa, sobretudo nos prazos superiores a 5 anos, onde a descida das taxas superou 100 pontos base.

Evolução das taxas de juro do Euro em 2011 face a 2010



Ao longo do ano, o Banco efectuou uma gestão activa da sua exposição ao risco de taxa de juro, reduzindo-a à medida que as taxas baixavam.



Impacto no valor de mercado da carteira de títulos da variação de 0,01% na taxa de juro de mercado

Gestão de Risco Obrigações

Ao longo do ano de 2011, assistiu-se ao acentuar da subida dos prémios de risco de mercado iniciada em 2010. De facto, após Março de 2010, data em que começaram a surgir no mercado os primeiros sinais da existência de desequilíbrios graves nas contas públicas Gregas, verificou-se um alargamento constante dos *spreads* da dívida pública dos países periféricos que integram a zona monetária do euro.

O movimento de alargamento de *spreads* estendeu-se à generalidade dos emitentes da designada periferia

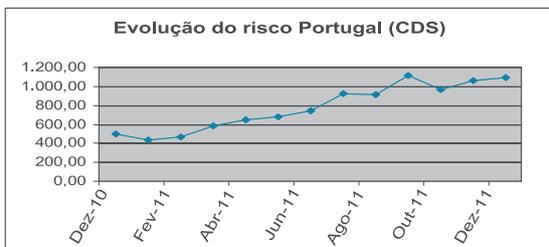


europeia, quer fossem estados soberanos ou empresas de boa capacidade creditícia. Os prémios observados em 2011 atingiram os níveis históricos verificados no final de 2008, início de 2009, após o colapso da Lehman Brothers.

Evolução do Spread da Dívida Pública Soberana mundial (Itraxx Sovereign)



Em Portugal, o alargamento de *spreads* foi extremamente pronunciado, em consequência do pedido de ajuda efectuado à Comunidade Europeia e Fundo Monetário Internacional e, principalmente, por via do efeito de contágio provocado pelas perdas, para muitos inesperadas, dos investidores privados em dívida pública Grega.



Neste cenário de extrema instabilidade, o Banco procurou manter a sua carteira dentro de limites prudentes, tendo reduzido a sua dimensão em cerca de 52 milhões de euros. Apesar do significativo aumento dos *spreads*, o Banco não incrementou em 2011 a sua exposição, já de si reduzida, a obrigações de dívida Pública Portuguesa.

O aumento dos prémios de risco foi igualmente acompanhado por uma descida generalizada dos *ratings* atribuídos a países e empresas. No entanto, a carteira de obrigações do Banco continua a evidenciar

uma elevada qualidade de risco de crédito, com uma notação média de *rating* de BBB+, e 84% dos títulos classificados como *investment grade*. Esta notação média é ainda mais significativa, considerando que a quase totalidade dos emitentes nacionais é *below investment grade* (BB).

Rating	% da Carteira	% Acumulada
AAA	9,74%	9,74%
AA	10,84%	20,58%
A	31,62%	52,20%
BBB	31,87%	84,07%
BB	10,66%	94,73%
B	1,79%	96,52%
<B	3,48%	100%

No exercício de 2011, o VaR médio mensal da carteira de obrigações do Banco foi de 4.283.550 Euros.



Gestão de Risco Cambial

A gestão do risco cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares. A exposição do Banco a moeda estrangeira é muito reduzida.

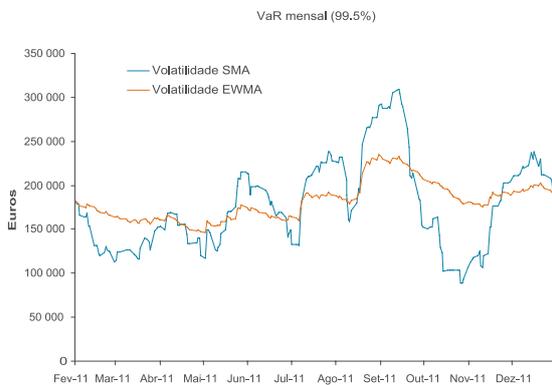
Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco desenvolve uma actividade de gestão de opções e outros derivados, destinada a fazer a cobertura do risco dos Produtos Estruturados comercializados junto dos seus Clientes. Tratando-se de uma actividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente.

No final do exercício de 2011, o montante global dos riscos geridos nesta actividade ascendia a 26,8 milhões de euros. O VaR médio mensal, com 99,5%



de intervalo de confiança, do “Livro de Derivados” ascendeu a 180 mil Euros.



Controlo de Riscos

O controlo de riscos no Banco Invest é assumido ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados em Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direcção de Crédito, Direcção de Contabilidade e Controlo e Direcção de Auditoria Interna – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, o Banco autonomizou a função de controlo de riscos, cujo responsável reporta directamente ao Conselho de Administração, centrando a sua actuação, entre outras, na elaboração de auditorias sobre o cumprimento dos modelos de risco utilizados pelo Banco em diferentes áreas de negócio e na verificação da adequação dos mesmos modelos na valorização e mitigação dos riscos. Existe ainda um Manual de Gestão de Riscos, que consubstancia num único documento os procedimentos de gestão e monitorização dos riscos existentes na Instituição.

Risco de Mercado

O controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela ocorrência de um movimento adverso nos

valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.

As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objectivos de investimento e respectivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o risco de mercado de todas as carteiras que detém, definindo limites de risco por carteira, considerando os impactos potenciais de cada uma, quer nos resultados quer nos capitais próprios.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito – concentração por país, sector de actividade e *rating* – como de mercado e de liquidez.

Para avaliação e quantificação do risco de mercado o banco utiliza os seguintes indicadores:

- *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos activos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido, por tipo de activo financeiro e pela carteira global do Banco;
- *Present Value of Basis Point* (BPV), que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.

Suplementarmente, o Banco recorre à realização periódica de *stress tests*, que consistem na simulação de cenários, históricos e ou hipotéticos, adversos à carteira detida, e na análise de sensibilidade decorrente da alteração de diversos factores de forma a medir o seu impacto no valor dos activos, nos resultados e na solvabilidade. Os *stress tests* são também parte integrante da avaliação anual que é efectuada ao processo de auto avaliação do capital interno (ICAAP), no sentido de aferir a adequação do mesmo ao desenvolvimento da actividade económica. O risco global da actividade de *trading* é minorado



através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos tendo em conta as correlações entre os vários mercados e activos.

Os limites de VaR mensais, bem como os limites de concentração por mercado, por activo, por sector e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direcção de Contabilidade e Controlo. Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark to market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

Risco de Crédito

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza e monitorização de eventuais perdas quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na actividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correcta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação perpassa, com pareceres autónomos, a área de análise de risco, a Direcção de Crédito e a Administração do Banco, sendo suportada numa bateria de elementos de informação externa e interna considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sendo sujeitas a reavaliações periódicas regulares. A integridade dos referidos colaterais é salvaguardada em apólices de seguro, cobrindo os riscos comuns, cuja suficiência em termos de capital e validade o Banco monitoriza em permanência.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente, com base numa análise colectiva da carteira de crédito, e na análise individual dos créditos de maior dimensão e daqueles que se encontram em situação de *default*. A imparidade nos créditos sujeitos à análise colectiva é apurada com base num

modelo proprietário, devidamente validado pelos auditores externos, que estima as probabilidades de *default* e o montante das perdas esperadas, com base na informação relativa ao comportamento da carteira no passado.

Periodicamente, são também elaborados, nos termos instituídos pelo Banco de Portugal, testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco do movimento adverso de algumas variáveis consideradas sensíveis, nomeadamente quanto à taxa de incumprimento, taxa de juro e preços do mercado imobiliário.

O risco de crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base na metodologia *Credit Value-at-Risk*. Através deste modelo, é calculada a perda máxima esperada, com um determinado nível de confiança, resultante da ocorrência de *defaults* na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default* e *recovery rate* (*loss given default*) históricas obtidas junto das principais agências de *rating* em títulos com notação de risco de crédito semelhante aos detidos em carteira.

No âmbito do risco de concentração de crédito, são efectuadas análises globais da carteira (crédito titulado e não titulado) mensurando-se a exposição por sectores de actividade e as maiores exposições individuais.

Risco de Liquidez

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus activos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas de activos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos. São efectuadas análises de *mismatch* e realizados *stress tests* para determinação de níveis de liquidez de segurança para fazer face a eventos inesperados.



Para financiar a sua actividade de curto prazo, e de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, para além da captação permanente de recursos de clientes.

Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem por objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, assim como evitar que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua actividade.

A actividade do Banco Invest está sujeita a diversos mecanismos de prevenção e controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, entre os quais se destacam:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Manuais de Procedimentos;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Relatórios de excepção;
- Planeamento de contingências.

O Banco dispõe de procedimentos que definem o âmbito de responsabilidade de cada uma das áreas envolvidas no funcionamento diário da instituição, os circuitos de informação e prazos a cumprir, mitigando a possibilidade de ocorrência de prejuízos operacionais.

Periodicamente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos, e reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.

Numa base diária, a Direcção de Contabilidade e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com as respectivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.

Resultados Apurados e Sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas traduzem a actividade desenvolvida pelo Banco Invest, dentro da orientação traçada, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

As Demonstrações Financeiras foram objecto de revisão por uma sociedade de auditoria externa, que sobre elas emitiu o parecer sem reservas à frente apresentado.

Os resultados líquidos foram de -3.537.882 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Resultados Transitados -3.537.882 Euros

Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Conselho Fiscal, e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 19 de Março de 2012

O Conselho de Administração

4. Demonstrações Financeiras





Balancos Consolidados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Euro)

Activo	2011			2010			Notas	2010	2009
	Activo Bruto	Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido	Activo Líquido	Passivo e Capital Próprio			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	9.209.765	-	9.209.765	513.793	Recursos de bancos centrais	17	147.702.517	182.656.666
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	14.618.448	-	14.618.448	12.677.400	Passivos financeiros detidos para negociação	18	679.966	544.623
Activos financeiros detidos para negociação	7	35.914.153	-	35.914.153	42.297.326	Recursos de outras instituições de crédito	19	34.878.349	30.691.665
Activos financeiros disponíveis para venda	8	82.630.319	(5.668.861)	76.961.458	90.528.287	Recursos de clientes e outros empréstimos	20	117.828.901	108.695.229
Crédito a clientes	9	243.714.949	(10.233.075)	233.481.874	276.859.911	Responsabilidades representadas por títulos	21	176.288.777	190.967.868
Investimentos detidos até à maturidade	10	112.404.619	(3.263.288)	109.141.331	117.988.490	Provisões	22	500.000	500.000
Activos não correntes detidos para venda	11	33.351.262	(2.837.627)	30.513.635	20.953.081	Passivos por impostos correntes	15	12.388	252.314
Propriedades de investimento	12	5.002.818	-	5.002.818	-	Passivos por impostos diferidos	15	123.931	225.889
Outros activos tangíveis	13	5.559.664	(2.762.461)	2.797.203	2.729.536	Outros passivos	23	7.911.441	4.841.432
Activos intangíveis	14	1.828.644	(966.214)	862.430	854.195	Total do Passivo		485.926.270	519.375.686
Activos por impostos correntes	15	422.828	-	422.828	170.999	Capital	25	59.500.000	59.500.000
Activos por impostos diferidos	15	8.162.849	-	8.162.849	4.035.303	Reservas de reavaliação	26	(11.421.461)	(7.080.499)
Outros activos	16	9.667.538	-	9.667.538	8.360.521	Outras reservas e resultados transitados	26	5.207.358	(2.065.626)
						Resultado do exercício atribuível aos accionistas do Banco	26	(3.537.882)	7.212.087
						Interesses minoritários	27	1.082.045	1.027.194
Total do Activo		562.487.856	(25.731.526)	536.756.330	577.968.842	Total do Capital próprio		50.830.060	58.593.156
						Total do Passivo e do Capital Próprio		536.756.330	577.968.842

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

**Demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em
31 de Dezembro de 2011 e 2010**

(Euro)



	Notas	2011	2010
Juros e rendimentos similares	28	25.588.132	22.726.770
Juros e encargos similares	29	(12.084.604)	(8.063.451)
MARGEM FINANCEIRA		13.503.528	14.663.319
Rendimentos de instrumentos de capital	30	33.386	41.155
Rendimentos de serviços e comissões	31	2.213.996	2.415.200
Encargos com serviços e comissões	32	(538.742)	(497.764)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	(2.628.937)	(1.487.047)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	(1.120.138)	1.455.177
Resultados de reavaliação cambial	35	(58.573)	418.851
Resultados de alienação de outros activos	36	75.703	402.545
Outros resultados de exploração	37	(178.299)	(89.021)
PRODUTO BANCÁRIO		11.301.924	17.322.415
Custos com pessoal	38	(4.802.194)	(4.461.988)
Gastos gerais administrativos	39	(3.606.725)	(3.200.784)
Amortizações do exercício	13 e 14	(642.021)	(519.662)
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	22	(308.830)	(104.308)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	22	(5.380.054)	908.868
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	22	(1.272.909)	(578.818)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(4.710.809)	9.365.723
Impostos			
Correntes	15	(1.307.343)	(458.169)
Diferidos	15	2.492.543	(1.706.890)
		1.185.200	(2.165.059)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		(3.525.609)	7.200.664
Resultado atribuível a interesses minoritários	26	(12.273)	11.423
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		(3.537.882)	7.212.087

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Demonstrações do rendimento integral consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Euro)

	2011	2010
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	(3.525.609)	7.200.664
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(9.379.266)	(4.252.616)
Impacto fiscal	2.600.696	1.023.739
Transferência para resultados por imparidade	2.196.336	-
Impacto fiscal	(582.029)	-
Transferência para resultados por alienação	1.120.138	(1.455.177)
Impacto fiscal	(296.837)	363.794
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	(4.340.962)	(4.320.260)
Rendimento integral consolidado antes de interesses minoritários	(7.866.571)	2.880.404
Interesses minoritários	12.273	(11.423)
Rendimento integral consolidado	(7.854.298)	2.868.981

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Euro)

	Reservas de reavaliação					Outras reservas e resultados transitados					Interesses minoritários	Total	
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Impostos correntes	Total	Reserva Legal	Reserva Livre	Reserva de Fusão	Resultados transitados	Total			Resultado do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	59.500.000	(3.753.680)	164.311	829.130	(2.760.239)	1.102.078	9.012.951	574.221	(17.816.995)	(7.127.745)	5.115.469	1.113.003	55.840.488
Aplicação do lucro do exercício de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	5.115.469	5.115.469	(5.115.469)	-	-
Transferência para resultados transitados	-	(5.707.793)	1.387.533	-	(4.320.260)	-	-	-	-	-	7.212.087	(11.423)	2.880.404
Rendimento integral do exercício de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.386)	(74.386)
Alteração na % detida pelos interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.350)	(53.350)	-	-	(53.350)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	59.500.000	(9.461.473)	1.551.844	829.130	(7.080.499)	1.102.078	9.012.951	574.221	(12.754.876)	(2.065.626)	7.212.087	1.027.194	58.593.156
Aplicação do lucro do exercício de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	7.212.087	7.212.087	(7.212.087)	-	-
Transferência para resultados transitados	-	(6.077.923)	2.566.091	(829.130)	(4.340.962)	-	-	-	-	-	(3.537.882)	12.273	(7.866.571)
Rendimento integral do exercício de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.578	42.578
Outras variações nos interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	60.897	60.897	-	-	60.897
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	59.500.000	(15.539.396)	4.117.935	-	(11.421.461)	1.102.078	9.012.951	574.221	(5.481.892)	(3.537.882)	5.207.358	1.082.045	50.830.060

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.





Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Euro)

	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	33.169.159	25.185.814
Pagamentos de juros e comissões	(17.265.646)	(8.877.672)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(7.864.823)	(7.540.819)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.826.448)	(203.033)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(2.150.313)	(838.029)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	4.061.930	7.726.261
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	4.101.723	(15.833.130)
Activos financeiros disponíveis para venda	5.562.802	(21.128.944)
Crédito a clientes	43.240.976	29.989.658
Investimentos detidos até à maturidade	5.583.871	(18.268.904)
Activos não correntes detidos para venda	(15.644.706)	(4.865.954)
Outros activos	(1.835.367)	(3.508.259)
	41.009.299	(33.615.533)
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	(35.000.000)	92.500.000
Recursos de outras instituições de crédito	4.215.040	(61.749.931)
Recursos de clientes	8.769.879	4.165.979
Responsabilidades representadas por títulos	(17.554.725)	(12.625.559)
Outros passivos	6.194.026	(572.708)
	(33.375.780)	21.717.781
Caixa líquida das actividades operacionais	11.695.449	(4.171.491)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(1.058.429)	(1.513.111)
Caixa líquida das actividades de investimento	(1.058.429)	(1.513.111)
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	10.637.020	(5.684.602)
Caixa e seus equivalentes no início do período	13.191.193	18.875.795
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23.828.213	13.191.193
	10.637.020	(5.684.602)

○ Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

5. Anexo às Demonstrações Financeiras





1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco ou Banco Invest) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de três balcões, localizados em Lisboa, Porto e Leiria.

O Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

Actualmente o Banco tem em actividade duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda.

No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Activos, que tem como actividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Março de 2012.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 do Banco Invest e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco Invest admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Invest e as das entidades por si controladas, directa ou indirectamente (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.



A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o Banco Invest exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, o Banco inclui no seu perímetro de consolidação as entidades de propósito especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido um controlo financeiro e operacional efectivo e que o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais foi efectuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transacções e os saldos significativos entre as entidades objecto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco Invest e das filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre entidades incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Grupo são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada “moeda funcional”), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.



ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em "Outros activos".

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



Esta categoria inclui um conjunto de activos financeiros que foram reclassificados das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (*bid prices*), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, tendo sido considerado que a situação no final de 2008, onde os mercados eram caracterizados por uma significativa falta de liquidez, era uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos até à sua maturidade ou num futuro previsível, respectivamente. A transferência para empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o “*deemed cost*” do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de investimentos detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na



reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.



Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes (incluindo títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e activos registados ao justo valor, nomeadamente os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.



Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os *cash-flows* futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- *Rating* inferior a BBB-, ou seja, Non investment grade;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "*Asset-backed Securities*" (ABS) sem *rating* sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "*recover value*" esperado;
 - Diminuição do "*credit enhancement*" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de *rating* igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida;
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
 - Redução do "*credit enhancement*" em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente.

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.



Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência.

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.



2.5. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 -10
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – "Imparidade de activos" é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.



2.7. *Locação financeira*

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.8. *Activos intangíveis*

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.9. *Impostos sobre lucros*

O Banco é detido em 99,13% pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.; e
- US - Gestar – Gestão de Imóveis, S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente, sendo tributado a uma taxa de 25%. De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Com a publicação da Lei nº12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a Derrama Estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem, em 2010, e em exercícios futuros, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000.000 Euros. A Derrama Estadual corresponderá a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.



De referir, contudo, que a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), veio proceder ao agravamento temporário dos limites e taxas da Derrama Estadual aplicáveis aos sujeitos passivos que apurem, nos exercícios de 2012 e de 2013, um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 1.500.000 Euros. Assim, relativamente aos exercícios de 2012 e de 2013, a taxa de Derrama Estadual aplicável aos lucros tributáveis superiores a 1.500.000 Euros e até 10.000.000 Euros passa para 3%, sendo que a taxa aplicável aos lucros tributáveis sujeitos e não isentos de IRC superiores a 10.000.000 Euros passa a corresponder a 5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável, bem como de prejuízos fiscais reportáveis.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a imparidade e provisões não aceites para efeitos fiscais e valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco utilizou para o cálculo dos impostos diferidos uma taxa de 28% e 26,5%, respectivamente.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.11. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.



O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.12. Comissões

Conforme referido na Nota 2.4., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor em rubricas extrapatrimoniais.

2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das suas filiais. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.



Adicionalmente, o Banco tem registados activos por impostos diferidos, referentes a prejuízos fiscais reportáveis. A evidência de recuperabilidade destes activos por impostos diferidos está suportada por projecções preparadas pelo Conselho de Administração quanto à evolução futura dos resultados para efeitos fiscais (Nota 15).

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco Invest com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco Invest considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4. d)).

2.16. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

No exercício de 2011 o Banco adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- IAS 24 (Alterada) – “Entidades relacionadas” – A revisão efectuada ao texto da norma introduz uma isenção parcial aos requisitos gerais de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. Neste âmbito, apenas serão de divulgação obrigatória os saldos e transacções efectuadas directamente com o Estado ou com entidades relacionadas com o Estado, cuja natureza ou montante (individual ou cumulativamente) apresentem carácter significativo. A norma alterada é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IAS 32 – “Classificação dos direitos de emissão” (Emenda) – Em resultado da alteração efectuada ao texto da norma, instrumentos derivados emitidos por uma entidade com o objectivo de adquirir um número fixo de instrumentos do seu capital próprio em troca de um valor previamente fixado, independentemente da divisa em que seja acordada a transacção, deverão eles próprios ser reconhecidos como instrumentos de capital e não como um passivo, desde que cumpram os restantes requisitos de apresentação definidos pela norma para este efeito. A adopção desta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010.
- IFRIC 14 (Alterada) – “Pagamentos antecipados no âmbito de requisitos mínimos de financiamento” – As alterações a esta interpretação efectuadas em Novembro de 2009 vêm permitir o reconhecimento de pagamentos antecipados no âmbito de requisitos mínimos de financiamento como um activo. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.



- IFRIC 19 – “Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio” – Esta norma estabelece o tratamento contabilístico a seguir pela entidade que emite instrumentos de capital próprio, com o objectivo de liquidar, total ou parcialmente, um passivo financeiro. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.
- “Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro” – Este processo envolveu a revisão de 6 normas contabilísticas e 1 interpretação, das quais 2 com aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2010 e 5 com aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” (Emendada) – As alterações introduzidas ao normativo pretendem clarificar as divulgações existentes relativas à natureza e extensão dos riscos aos quais as entidades se encontram expostas devido à utilização de instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a operações de transferência de activos financeiros como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.



3. EMPRESAS DO GRUPO

Os principais dados sobre a actividade das subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Banco Invest, S.A.	Banco	Lisboa	n.a.	n.a.
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	Gestão de fundos de inv. mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	Fundo de titularização de Créditos	Lisboa	n.a.	Integral
Invest Finance BV	Emissão de dívida	Holanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	86,5%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras estatutárias podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2011			2010		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Banco Invest, S.A.	539.651.940	42.577.709	(5.095.279)	582.293.691	51.911.117	6.234.346
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	1.592.872	1.579.254	87.363	1.520.647	1.491.890	84.458
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	44.316.011	40.310.648	(1.564.561)	51.353.855	48.944.414	(161.282)
AR Finance 1, plc	50.217.879	(3.314.983)	(1.075.553)	58.257.197	(2.239.430)	(612.401)
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	116.917.251	114.225.784	307.869	127.140.482	124.389.895	(879.079)
Invest Finance BV	114.345.176	18.000	17.200	126.544.746	18.000	17.200
Fundo Tejo	7.718.333	7.557.137	87.158	7.480.324	7.469.979	(84.555)

4. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO



O Banco Invest adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Comercial – Crédito a clientes
- Mercados – Restantes áreas de negócio, que inclui as áreas de:
Mercados financeiros, corretagem, gestão discricionária de carteiras de clientes e custódia de títulos

Nos exercícios de 2011 e 2010, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2011		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	10.802.822	2.700.706	13.503.528
Rendimentos de instrumentos de capital	-	33.386	33.386
Resultados de serviços e comissões	1.675.254	-	1.675.254
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	(2.628.937)	(2.628.937)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.120.138)	(1.120.138)
Outros resultados de exploração e outros	(102.596)	(58.573)	(161.169)
Produto bancário	12.375.480	(1.073.556)	11.301.924
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(6.306.689)	(2.102.230)	(8.408.919)
Amortizações do exercício (1)	(481.515)	(160.506)	(642.021)
Provisões e imparidade	(1.859.779)	(5.102.014)	(6.961.793)
Resultados antes dos impostos	3.727.497	(8.438.306)	(4.710.809)
Impostos	(987.787)	2.172.987	1.185.200
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	2.739.710	(6.265.319)	(3.525.609)
Resultado atribuível a interesses minoritários	(9.818)	(2.455)	(12.273)
Resultado líquido do exercício	2.729.892	(6.267.774)	(3.537.882)
Activos financeiros detidos para negociação	-	35.914.153	35.914.153
Activos financeiros disponíveis para venda	-	76.961.458	76.961.458
Crédito a clientes	214.953.771	18.528.103	233.481.874
Investimentos detidos até à maturidade	-	109.141.331	109.141.331
Recursos de bancos centrais	-	147.702.517	147.702.517
Recursos de outras instituições de crédito	-	34.878.349	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	117.828.901	117.828.901
Responsabilidades representadas por títulos	176.288.777	-	176.288.777

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.



	2010		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	11.730.655	2.932.664	14.663.319
Rendimentos de instrumentos de capital	-	41.155	41.155
Resultados de serviços e comissões	1.917.436	-	1.917.436
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	(1.487.047)	(1.487.047)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	1.455.177	1.455.177
Outros resultados de exploração e outros	(89.021)	821.396	732.375
Produto bancário	13.559.070	3.763.345	17.322.415
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos (1)	(5.747.079)	(1.915.693)	(7.662.772)
Amortizações do exercício (1)	(389.746)	(129.916)	(519.662)
Provisões e imparidade	98.763	126.979	225.742
Resultados antes dos impostos	7.521.008	1.844.715	9.365.723
Impostos	(1.676.209)	(488.850)	(2.165.059)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	5.844.799	1.355.865	7.200.664
Resultado atribuível a interesses minoritários	9.272	2.151	11.423
Resultado líquido do exercício	5.854.071	1.358.016	7.212.087
Activos financeiros detidos para negociação	-	42.297.326	42.297.326
Activos financeiros disponíveis para venda	-	90.528.287	90.528.287
Crédito a clientes	240.147.900	36.712.011	276.859.911
Investimentos detidos até à maturidade	-	117.988.490	117.988.490
Recursos de bancos centrais	-	182.656.666	182.656.666
Recursos de outras instituições de crédito	-	30.691.665	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	108.695.229	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	190.967.868	-	190.967.868

(1) Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Caixa	256.335	246.606
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	8.953.430	267.187
	9.209.765	513.793

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos a ordem		
No país	3.911.902	2.732.252
No estrangeiro	10.706.546	9.945.148
	14.618.448	12.677.400

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 6.615.939 Euros e 7.320.555 Euros, respectivamente, relativos ao saldo da "Cash reserve account" mantida pelo AR Finance 1, plc junto do Bank of New York Mellon, para garantia do pagamento do capital e juros das "Floating rate notes" das classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 21).

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Instrumentos de dívida</i>		
Dívida pública portuguesa	1.823.625	2.349.575
De outros residentes		
. De outros emissores públicos nacionais	1.395.000	3.753.360
. Instituições de crédito	138.195	4.924.199
. Empresas	8.491.973	-
De não residentes		
. Instituições de crédito	18.500.670	27.196.852
. Empresas	1.883.263	1.094.610
	32.232.726	39.318.596
<i>Juros a receber</i>	605.476	720.708
	32.838.202	40.039.304
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
. Acções	317.006	129.158
De não residentes		
. Acções	538.292	237.243
. Unidades de participação	556.243	662.711
	1.411.541	1.029.112
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
Swaps		
. Divisas	8.114	-
. Taxa de juro	1.128.869	1.098.746
. Crédito	9.697	113.478
Opções	517.730	16.686
	1.664.410	1.228.910
	35.914.153	42.297.326



Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2011	2010
<i>Dívida pública portuguesa</i>	2.542.500	2.500.000
De outros residentes		
. De outros emissores públicos nacionais	2.000.000	4.000.000
. Instituições de crédito	150.000	5.050.000
. Empresas	8.500.000	-
De não residentes		
. Instituições de crédito	22.750.000	30.750.000
. Empresas	4.250.000	3.000.000
	40.192.500	45.300.000

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.. Nesta datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2011			
	Montante nominal	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
			(Nota 18)	
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Op. Cambiais a Prazo				
De divisas	96.090	-	-	-
. Swaps				
De divisas	299.294	8.114	-	8.114
De taxa de juro	266.201.725	1.128.869	(158.074)	970.796
Sobre eventos de crédito	41.364.286	9.697	(497.276)	(487.579)
. Opções embutidas em depósitos estruturados	3.794.616	517.730	(13.081)	504.649
. Opções				
De cotações	490.786	-	(11.535)	(11.535)
	312.246.797	1.664.410	(679.966)	984.445
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	57.571.843	-	-	-
De cotações	2.529.607	-	-	-
De divisas	1.553.373	-	-	-
	61.654.823	-	-	-
	373.901.620	1.664.410	(679.966)	984.445



2010				
	Montante nocional	Valor contabístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
(Nota 18)				
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Swaps				
De divisas	290.444	-	(892)	(892)
De taxa de juro	314.789.888	1.098.746	(180.891)	917.855
Sobre eventos de crédito	43.741.955	113.478	(265.714)	(152.236)
. Opções embutidas				
em depósitos estruturados	6.684.831	16.686	(54.967)	(38.281)
. Opções				
De cotações	687.074	-	(42.159)	(42.159)
	366.194.192	1.228.910	(544.623)	684.287
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	72.053.745	-	-	-
De cotações	2.869.096	-	-	-
De divisas	1.173.737	-	-	-
	76.096.578	-	-	-
	442.290.770	1.228.910	(544.623)	684.287

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante nocional de swaps de taxa de juro inclui 242.078.528 Euros e 285.404.052 Euros, respectivamente, relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efectuados pelo Banco (Nota 9).



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2011						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Op. Cambiais a Prazo						
De divisas	-	-	96.090	-	-	96.090
. Swaps						
De divisas	-	299.294	-	-	-	299.294
De taxa de juro	-	-	2.020.000	199.311.671	64.870.054	266.201.725
Sobre eventos de crédito	-	-	26.364.286	15.000.000	-	41.364.286
	-	299.294	28.480.376	214.311.671	64.870.054	307.961.395
. Opções embutidas em depósitos estruturados	1.594.707	801.748	492.847	905.314	-	3.794.616
. Opções						
De cotações e câmbios	413.500	-	77.286	-	-	490.786
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	54.109.880	1.485.900	743.288	1.232.775	-	57.571.843
De cotações	2.529.607	-	-	-	-	2.529.607
De divisas	1.553.373	-	-	-	-	1.553.373
	58.192.860	1.485.900	743.288	1.232.775	-	61.654.823
	60.201.067	2.586.942	29.793.797	216.449.760	64.870.054	373.901.620
2010						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Swaps						
De divisas	-	-	-	290.444	-	290.444
De taxa de juro	-	-	1.000.000	232.791.515	80.998.373	314.789.888
Sobre eventos de crédito	2.500.000	-	-	41.241.955	-	43.741.955
	2.500.000	-	1.000.000	274.323.914	80.998.373	358.822.287
. Opções embutidas em depósitos estruturados	4.428.259	111.176	1.604.664	540.732	-	6.684.831
. Opções						
De cotações e câmbios	206.428	56.129	424.517	-	-	687.074
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	38.640.620	5.438.950	740.350	27.233.825	-	72.053.745
De cotações	2.869.096	-	-	-	-	2.869.096
De divisas	1.173.737	-	-	-	-	1.173.737
	42.683.453	5.438.950	740.350	27.233.825	-	76.096.578
	49.818.140	5.606.255	3.769.531	302.098.471	80.998.373	442.290.770

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 apresenta o seguinte detalhe:



	2011	2010
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
Swaps		
De divisas		
. Clientes	299.294	290.444
De taxa de juro		
. Instituições financeiras	244.078.528	288.404.051
. Clientes	22.123.197	26.385.837
Sobre eventos de crédito		
. Instituições financeiras	41.364.286	43.741.955
Opções embutidas em depósitos estruturados		
. Clientes	3.794.616	6.684.831
Opções		
. De cotações	490.786	687.074
	312.150.707	366.194.192
<i>Transaccionados em bolsa</i>		
Futuros		
. De taxa de juro	57.571.843	72.053.745
. De cotações	2.529.607	2.869.096
. De divisas	1.553.373	1.173.737
	61.654.823	76.096.578
	373.901.620	442.290.770



8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	16.842.750	10.027.976
Emissores públicos nacionais	600.000	1.773.180
De outros residentes	8.692.254	10.650.982
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	5.175.444	11.012.418
. Outras obrigações	43.122.631	52.575.901
	74.433.079	86.040.457
<i>Juros a receber</i>		
	1.194.373	1.440.918
	75.627.452	87.481.375
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
. Valorizados ao justo valor	5.558.297	5.993.451
Emitidos por não residentes		
. Valorizados ao justo valor	1.444.570	1.690.867
	7.002.867	7.684.318
	82.630.319	95.165.693
. Imparidade (Nota 22)	(5.668.861)	(4.637.406)
	76.961.458	90.528.287

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Instrumentos de capital – Emitidos por residentes”, inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, no montante de 3.589.705 Euros, gerido pela Invest Gestão de Activos (3.330.344 Euros em 31 de Dezembro de 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:



	2011	2010
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	21.100.000	11.100.000
Emissores públicos nacionais	2.000.000	2.000.000
De outros residentes	11.250.000	12.450.000
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	9.575.556	16.060.272
. Outras obrigações	50.455.000	58.783.309
	94.380.556	100.393.581

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida apresentavam o seguinte detalhe:

	2011	2010
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	(3.664.255)	(423.779)
De outros residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	(1.408.949)	(238.558)
. Instituições de crédito	(2.225.549)	(1.400.049)
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	(124.503)	(663.167)
. Outras obrigações	(7.012.346)	(5.599.394)
	(14.435.602)	(8.324.947)
Instrumentos de capital	(419.717)	(226.977)
Valias potenciais em títulos transferidos para a carteira de empréstimos e contas a receber e para a carteira de investimentos detidos até à maturidade	(661.413)	(1.363.503)
	(15.516.732)	(9.461.473)



9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Crédito interno securitizado:</i>		
. Operações de locação financeira imobiliária	83.312.723	92.015.258
. Empréstimos a médio e longo prazo	70.242.335	81.646.298
	153.555.058	173.661.556
<i>Crédito interno não securitizado:</i>		
. Operações de locação financeira imobiliária	10.435.941	12.209.574
. Empréstimos a médio e longo prazo	12.492.132	20.548.258
. Créditos em conta corrente	18.712.146	19.685.433
. Operações de locação financeira mobiliária	347.735	364.795
. Descobertos em depósitos à ordem	2.212.016	2.923.125
. Outros créditos	6.504.474	4.195.467
	50.704.444	59.926.652
<i>Crédito ao exterior:</i>		
. Descobertos em depósitos à ordem	72.432	8.732
	204.331.934	233.596.939
Juros a receber	483.866	549.772
<i>Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida (Nota 42):</i>		
De não residentes		
. Instituições de crédito	1.586.363	4.299.487
. Empresas	17.582.253	32.638.758
. Juros a receber	95.762	250.714
	19.264.378	37.188.959
<i>Comissões associadas ao custo amortizado:</i>		
. Despesas com encargo diferido	366.282	431.078
. Receitas com rendimento diferido	(127.843)	(148.049)
	238.439	283.029
Crédito e juros vencidos	19.396.332	15.259.174
	243.714.949	286.877.873
Imparidade (Nota 22)	(10.233.075)	(10.017.962)
	233.481.874	276.859.911

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Crédito interno securitizado" refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:



	2011	2010
Operações de securitização:		
. AR Finance	40.611.638	48.760.211
. Invest Finance - Conduit	112.943.420	124.901.345
	153.555.058	173.661.556

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

- *AR Finance:*

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de *leasing* imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de *rating* e conseqüentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante Emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do "Step up"	Remuneração	
		2011	2010			Até à data do "Step up"	Após à data do "Step up"
Classe A	106.500.000	8.238.555	15.309.630	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	35.500.000	35.500.000	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	7.850.158	7.922.248	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	154.560.000	52.788.713	59.931.878				

As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.



As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "Spreads" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as obrigações das Classes A e B têm ambas "Rating" A- atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "European Investment Fund".

O AR Finance 1 plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "Rating", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital vincendo resultante dos créditos cedidos ascendia a 40.611.638 Euros e 48.760.211 Euros, respectivamente.

- Invest Finance - Conduit

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de *leasing* imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2011 a 112.943.420 Euros (124.901.345 Euros em 31 de Dezembro de 2010).

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual foi gerido pela Oceanus – SGFTC, S.A. até Janeiro de 2011, sendo a partir dessa data gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que corresponde a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros, tendo sido reembolsados durante o ano de 2008 cerca de 4.770.754 Euros. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o papel comercial emitido ascende a 105.101.144 Euros e 115.573.125 Euros, respectivamente (Nota 11). A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance



1 Portugal BV (Invest Finance BV), após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no Invest Finance, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação deve corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de créditos cedidos. Esta aplicação tem uma remuneração mensal, que corresponde essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta aplicação ascendia a 10.565.552 Euros.

Dado a estrutura das operações de securitização realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desconhecidos e as entidades de finalização especial constituídas no âmbito das operações são incluídas no perímetro de consolidação do Banco. As obrigações emitidas no âmbito destas operações encontram-se registadas na rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" (Nota 21).

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Até três meses	8.320.847	10.560.014
De três meses a um ano	18.786.392	19.692.689
De um ano a cinco anos	13.944.936	18.415.760
Mais de cinco anos	163.279.759	184.928.476
	204.331.934	233.596.939

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2011	2010
Até três meses	976.060	1.099.141
De três meses a um ano	3.762.565	2.214.404
Mais de um ano	14.657.707	11.945.629
	19.396.332	15.259.174

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 36.214.438 Euros e 32.503.510 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2011	2010
Garantia hipotecária ou locação financeira (propriedade)	17.527.675	13.553.230
Outras garantias reais	359.285	218.308
Garantia pessoal	18.919	133.726
Sem garantia	1.490.453	1.353.910
	19.396.332	15.259.174



Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição do crédito vincendo e vencido e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

2011				Justo Valor das garantias associadas
Vincendo	Vencido	Total		
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	93.748.664	3.016.896	96.765.560	174.831.965
Empréstimos a médio e longo prazo	82.734.467	13.639.987	96.374.454	161.825.421
Créditos em conta corrente	18.712.146	2.082.752	20.794.898	13.481.660
Operações de locação financeira mobiliária	347.735	7.917	355.652	-
Outros créditos	6.504.474	648.780	7.153.254	11.429.624
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	19.168.616	-	19.168.616	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.284.448	-	2.284.448	3.302.451
	223.500.550	19.396.332	242.896.882	364.871.121

2010				Justo Valor das garantias associadas
Vincendo	Vencido	Total		
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	104.224.832	4.781.857	109.006.689	182.389.153
Empréstimos a médio e longo prazo	101.365.049	9.927.688	111.292.737	190.026.050
Créditos em conta corrente	20.514.940	331.321	20.846.261	16.440.898
Operações de locação financeira mobiliária	364.795	7.917	372.712	323.965
Outros créditos	4.195.467	210.391	4.405.858	6.829.352
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	36.938.244	-	36.938.244	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.931.857	-	2.931.857	5.285.625
	270.535.184	15.259.174	285.794.358	401.295.043

A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, excluindo o crédito titulado, por sectores de actividade é a seguinte:



	2011		
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	55.707.370	2.448.540	58.155.910
Particulares	45.546.513	4.331.008	49.877.521
Actividades imobiliárias	27.515.414	4.842.037	32.357.451
Construção	16.322.083	5.879.119	22.201.202
Indústrias transformadoras	19.931.636	752.307	20.683.943
Actividades financeiras e de seguros	12.857.590	68.781	12.926.371
Alojamento, restauração e similares	4.773.230	157.479	4.930.709
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4.488.118	379.928	4.868.046
Outras actividades de serviços	3.366.681	3.259	3.369.940
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3.059.124	59.135	3.118.259
Educação	2.443.029	256.320	2.699.349
Actividades de saúde humana e apoio social	2.315.467	54.055	2.369.522
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.160.217	-	2.160.217
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.872.426	57.183	1.929.609
Transportes e armazenagem	916.015	107.181	1.023.196
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	569.106	-	569.106
Actividades de informação e de comunicação	342.915	-	342.915
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	145.000	-	145.000
Total Crédito	204.331.934	19.396.332	223.728.266

	2010		
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	60.146.189	3.309.616	63.455.805
Particulares	52.125.707	3.870.093	55.995.800
Actividades imobiliárias	32.502.895	2.230.246	34.733.141
Construção	27.165.247	1.912.162	29.077.409
Indústrias transformadoras	23.400.019	1.243.473	24.643.492
Actividades financeiras e de seguros	14.410.836	1.113.227	15.524.063
Alojamento, restauração e similares	4.825.484	130.163	4.955.647
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	3.500.801	538.262	4.039.063
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	3.204.064	379.874	3.583.938
Outras actividades de serviços	3.254.675	131.006	3.385.681
Actividades de saúde humana e apoio social	2.454.694	40.850	2.495.544
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2.291.741	3.395	2.295.136
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.684.396	1.255	1.685.651
Transportes e armazenagem	1.017.783	97.331	1.115.114
Educação	511.575	249.972	761.547
Actividades de organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	596.329	8.250	604.579
Actividades de informação e de comunicação	359.502	-	359.502
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	145.002	-	145.002
Total Crédito	233.596.939	15.259.174	248.856.114



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

	2011	2010
<i>Pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	11.512.263	14.240.396
Entre 1 ano e 5 anos	43.995.507	44.354.265
Mais de 5 anos	74.242.983	78.321.145
	129.750.753	136.915.806
Rendimentos financeiros não obtidos	(35.654.354)	(32.326.179)
	94.096.399	104.589.627
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>		
Até 1 ano	6.835.695	10.039.099
Entre 1 ano e 5 anos	28.897.581	30.810.240
Mais de 5 anos	58.363.123	63.740.288
	94.096.399	104.589.627
Imparidade	(1.995.150)	(2.681.653)
	92.101.249	101.907.974

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual não esteja garantido, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 42).

Os títulos reclassificados estão registados na rubrica “Crédito a clientes – títulos a receber” e apresentam a seguinte composição por tipo de títulos/sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Diversos (<i>Asset-Backed Securities</i>)	16.774.052	29.067.659
Actividades financeiras	1.588.773	4.708.253
Outros	805.791	3.162.333
	19.168.616	36.938.245

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade final:

	2011	2010
Até três meses	-	2.500.000
De um ano a cinco anos	7.286.119	13.235.673
Mais de cinco anos	11.882.497	21.202.572
	19.168.616	36.938.245

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
. Dívida pública portuguesa	14.291.419	14.331.511
. Outros	12.766.576	7.906.203
De não residentes		
. Dívida pública de não residentes	17.818.333	16.926.044
. Outros	65.284.187	76.621.051
	110.160.515	115.784.809
Juros a receber	2.244.104	2.203.682
	112.404.619	117.988.490
Imparidade (Nota 22)	(3.263.288)	-
	109.141.331	117.988.490

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 22.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade, incluindo juro corrido, ascendia a 98.138.424 Euros e 114.026.260 Euros, respectivamente (Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2011	2010
Até um ano	24.052.959	13.327.732
De um ano a cinco anos	68.699.585	78.704.646
Mais de cinco anos	19.652.075	25.956.112
	112.404.619	117.988.490

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 42). Adicionalmente o Banco adquiriu alguns títulos no decorrer de 2010, no âmbito da política de investimentos definida internamente.

Em Outubro de 2011 o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um título de dívida pública Grega que estava registado na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 41). O título foi transferido ao seu justo valor naquela data, tendo originado o reconhecimento de uma perda corresponde à diferença entre o valor de balanço e o justo valor na data da reclassificação, no montante de 1.166.253 Euros, registada na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 34).

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco reconheceu imparidade para títulos de dívida pública grega no montante de 3.263.288 Euros, na sequência da operação de reestruturação da dívida grega finalizada no primeiro trimestre de 2012 (Nota 22). Nessa data, o valor de balanço dos referidos títulos líquidos de imparidade totalizava 1.560.000 Euros.



Os títulos reclassificados foram registados nesta rubrica por ser intenção do Banco detê-los até à sua maturidade. Adicionalmente, uma vez que parte significativa dos títulos se vence até 2014 e, tal como descrito na Nota 41, o Banco considera que as suas necessidades de liquidez estão adequadamente cobertas, não é previsível que venha a existir necessidade de alienar os títulos registados nesta categoria. Neste sentido, o Banco considera que tem capacidade de assegurar a detenção destes títulos até à sua maturidade.

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Activos não correntes detidos para venda:		
. Imóveis	33.351.262	22.517.799
. Imparidade (Nota 22)	(2.837.627)	(1.564.718)
	30.513.635	20.953.081

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 22.

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2011 e 2010 pode ser apresentado da seguinte forma:

2011									
31 de Dezembro de 2010					31 de Dezembro de 2011				
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Transferências	Alienações	Reposições / (Dotações) de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
		(Nota 22)		(Nota 12)		(Nota 22)		(Nota 22)	
imóveis	22.517.799	(1.564.718)	18.548.294	(5.002.818)	(2.712.013)	(1.272.909)	33.351.262	(2.837.627)	30.513.635

2010									
31 de Dezembro de 2009					31 de Dezembro de 2010				
	Valor Bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Reposições/(Dotações) de Imparidade	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	
		(Nota 22)			(Nota 22)		(Nota 22)		
imóveis	13.191.558	(985.901)	12.299.806	(2.973.565)	(578.817)	22.517.799	(1.564.718)	20.953.081	

No exercício de 2010 o Fundo Tejo adquiriu um imóvel à Lote 12, S.A. (entidade indirectamente controlada pelo accionista maioritário do Banco) por cerca de 4.500.000 Euros, correspondente ao mínimo entre os valores de avaliação apurados por duas entidades especializadas. No exercício de 2011 esse imóvel foi transferido para a rubrica "Propriedades de investimento", visto que se encontrava arrendado e não existiam perspectivas de venda a curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Grupo:



Ano de Aquisição	2011			2010		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
anterior a 2005	796.157	(53.609)	742.548	796.157	(97.472)	698.685
2005	486.042	(99.590)	386.452	486.042	(113.899)	372.143
2006	740.744	(9.270)	731.474	740.744	(75.557)	665.187
2007	1.038.489	(68.578)	969.911	1.038.489	(51.324)	987.164
2008	995.990	(18.552)	977.438	995.990	(25.755)	970.235
2009	4.596.792	(527.907)	4.068.885	4.596.792	(567.423)	4.029.369
2010	6.123.446	(742.864)	5.380.582	13.863.585	(633.288)	13.230.297
2011	18.573.602	(1.317.257)	17.256.345	-	-	-
	33.351.262	(2.837.627)	30.513.635	22.517.799	(1.564.718)	20.953.081

Os imóveis em carteira com antiguidade superior a um ano correspondem a imóveis que apesar da actividade comercial desenvolvida pelo Banco para proceder à sua venda imediata, ainda não foram alienados, devido essencialmente à conjuntura actual do mercado imobiliário. O Banco continua a desenvolver esforços no sentido destes imóveis serem alienados a curto prazo.

Durante o exercício de 2011, o Banco registou perdas líquidas com a alienação de imóveis recebidos em dação no montante total de 31.888 Euros (ganho líquido de 150.680 Euros em 2010 - Nota 36).

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo desta rubrica corresponde a imóveis que foram transferidos da rubrica "Activos não correntes detidos para venda", que se encontram arrendados pelo Grupo e para os quais não existem perspectivas de alienação a curto prazo.

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Descrição	2011							
	31 de Dezembro de 2010			Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor Líquido 31-12-2011
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas						
Imóveis -								
. De serviço próprio	705.226	(155.929)	-	-	(10.302)	-	538.995	
. Despesas em edifícios arrendados	1.812.688	(797.983)	-	252.299	(127.999)	-	1.139.005	
	2.517.914	(953.912)	-	252.299	(138.301)	-	1.677.999	
Equipamento -								
. Mobiliário e material	338.502	(234.032)	33.745	25.161	(26.493)	-	136.883	
. Máquinas e ferramentas	95.180	(76.248)	6.514	-	(4.525)	-	20.921	
. Equipamento informático	632.501	(574.669)	103.295	-	(58.868)	-	102.259	
. Instalações interiores	487.827	(284.942)	-	41.913	(39.214)	-	205.584	
. Material de transporte	960.247	(313.659)	87.393	-	(212.005)	(21.134)	500.842	
. Equipamento de segurança	26.155	(15.126)	-	-	(1.974)	-	9.055	
	2.540.412	(1.498.676)	230.947	67.074	(343.079)	(21.134)	975.544	
Outros activos tangíveis -								
. Património artístico	7.364	-	34.000	-	-	-	41.364	
Activos tangíveis em curso	116.434	-	305.234	(319.373)	-	-	102.295	
	5.182.125	(2.452.588)	570.181	-	(481.380)	(21.134)	2.797.203	



2010							
Descrição	31 de Dezembro de 2009		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor Líquido 31-12-2010
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas					
Imóveis -							
. De serviço próprio	705.226	(144.458)	-	-	(11.471)	-	549.297
. Despesas em edifícios arrendados	1.444.805	(698.225)	289.300	78.583	(99.758)	-	1.014.705
	2.150.031	(842.683)	289.300	78.583	(111.229)	-	1.564.002
Equipamento -							
. Mobiliário e material	324.219	(212.957)	14.283	-	(21.075)	-	104.470
. Máquinas e ferramentas	94.511	(74.066)	3.062	-	(4.575)	-	18.932
. Equipamento informático	745.812	(662.852)	31.103	-	(56.231)	-	57.832
. Instalações interiores	424.394	(288.867)	89.140	-	(21.722)	(61)	202.885
. Material de transporte	834.183	(576.042)	573.601	-	(176.258)	(8.898)	646.586
. Equipamento de segurança	26.155	(12.925)	-	-	(2.201)	-	11.029
	2.449.274	(1.827.709)	711.190	-	(282.062)	(8.959)	1.041.734
Outros activos tangíveis -							
. Património artístico	7.364	-	-	-	-	-	7.364
Activos tangíveis em curso	78.582	-	116.437	(78.583)	-	-	116.436
	4.685.251	(2.670.392)	1.116.927	-	(393.292)	(8.959)	2.729.536

14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

2011						
Descrição	31 de Dezembro de 2010		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	966.387	(805.573)	-	855.864	(160.641)	856.037
Activos intangíveis em curso	693.382	-	168.875	(855.864)	-	6.393
	1.659.769	(805.573)	168.875	-	(160.641)	862.430

2010						
Descrição	31 de Dezembro de 2009		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
Software	996.848	(802.863)	34.563	58.637	(126.371)	160.814
Activos intangíveis em curso	390.395	-	361.623	(58.637)	-	693.381
	1.387.243	(802.863)	396.186	-	(126.371)	854.195

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos intangíveis em curso referiam-se a despesas incorridas no desenvolvimento do novo site de internet do Banco, que entrou em pleno funcionamento no decorrer de 2011.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO



Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	2011	2010
<i>Activos por impostos diferidos</i>		
. Por prejuízos fiscais	1.171.473	194.085
. Por outras diferenças temporárias	6.991.376	3.841.218
	8.162.849	4.035.303
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
. Por diferenças temporárias	(123.931)	(225.889)
	8.038.918	3.809.414
<i>Activos por impostos correntes</i>		
. Imposto imputado	(99.743)	(200.420)
. Pagamentos por conta	522.571	371.427
	422.828	170.999
<i>Passivos por impostos correntes</i>		
. Imposto imputado	(29.458)	(27.325)
. Imposto imputado – derrama estadual	17.070	(224.989)
	(12.388)	(252.314)
Imposto sobre o rendimento a (pagar)/receber	410.410	(81.315)

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as variações de justo valor dos Activos disponíveis para venda reconhecidas na reserva de justo valor e a diferença entre as Provisões constituídas nas contas individuais do Banco, relevantes para efeitos fiscais e as imparidades registadas nas contas consolidadas.



O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

2011				
	Saldo em 31-12-2010	Varição em Resultados	Varição em Reservas	Saldo em 31.12.2011
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
. Provisões para crédito	1.713.717	461.354	-	2.175.071
. Provisões para risco país	(225.889)	101.958	-	(123.931)
. Valorização de derivados de negociação	127.978	(19.484)	-	108.494
. Imparidade de títulos	447.679	(89.611)	-	358.068
. Activos disponíveis para venda	1.551.844	1.060.938	1.736.961	4.349.743
. Por prejuízos fiscais	194.085	977.388	-	1.171.473
	3.809.414	2.492.543	1.736.961	8.038.918
2010				
	Saldo em 31-12-2009	Varição em Resultados	Varição em Reservas	Saldo em 31.12.2010
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
. Provisões para crédito	1.390.129	323.588	-	1.713.717
. Provisões para risco país	(170.314)	(55.575)	-	(225.889)
. Valorização de derivados de negociação	120.306	7.672	-	127.978
. Ajustamentos de transição para NCA	(35.380)	35.380	-	-
. Mais valias em títulos detidos para negociação	644	(644)	-	-
. Imparidade de títulos	-	447.679	-	447.679
. Activos disponíveis para venda				
. Por prejuízos fiscais	142.925	-	(142.925)	-
. Outros activos por impostos diferidos	21.386	-	1.530.458	1.551.844
. Por prejuízos fiscais	2.686.455	(2.492.370)	-	194.085
. Encargos com impostos diferidos - IRS de negociação	(27.380)	27.380	-	-
	4.128.771	(1.706.890)	1.387.533	3.809.414

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2011	2010
<i>Impostos correntes</i>		
Do exercício	158.889	458.169
De anos anteriores	1.148.454	-
	1.307.343	458.169
<i>Impostos diferidos</i>		
Prejuízos fiscais reportáveis	(977.388)	2.492.370
Registo e reversão de diferenças temporárias	(1.515.155)	(785.480)
	(2.492.543)	1.706.890
Total de impostos reconhecidos em resultados	(1.185.200)	2.165.059
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	(4.710.809)	9.365.723
Carga fiscal	25,16%	23,12%



No exercício de 2011 o Banco alterou a política de reconhecimento fiscal das mais e menos valias potenciais registadas na reserva de justo valor que vinha a adoptar desde 2008. Essa alteração foi ainda reflectida na entrega da declaração Modelo 22 referente ao exercício de 2010 e teve como consequência um aumento do imposto a pagar de 1.148.454 Euros. Este montante foi maioritariamente compensado com o registo de activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias que passaram a ser originados pela referida alteração da política.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e da Invest Gestão de Activos relativas aos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como segue:

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(4.723.082)		9.377.146
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	(1.251.617)	26,50%	2.484.944
Derrama Estadual	-	-	2,43%	224.989
Imparidades não aceites fiscalmente	5,15%	(243.336)	3,58%	335.677
Imparidades para títulos não aceites fiscalmente	-	-	(4,77%)	(447.679)
Custos não aceites fiscalmente:				
Seguros	(0,25%)	11.947	0,11%	10.254
Reintegrações	(0,07%)	3.165	0,05%	4.772
Correcções por crédito de imposto	-	-	0,02%	2.021
Benefícios fiscais	0,08%	(3.709)	(0,06%)	(5.741)
Mais e menos valias	0,07%	(3.146)	(0,20%)	(18.522)
Tributação autónoma	(2,11%)	99.743	0,43%	40.406
Derrama estadual	4,91%	(231.808)	-	-
Outros	(9,18%)	433.561	(4,97%)	(466.062)
	25,10%	(1.185.200)	23,12%	2.165.059



16. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	1.844.774	1.985.166
IVA a recuperar	43.625	-
Outros devedores diversos	84.819	58.401
	1.973.218	2.043.567
<i>Outros activos</i>		
Ouro e outros Metais Preciosos	270.152	41.525
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	334.736	302.280
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Despesas com operação de securitização – Conduit	161.177	235.137
Rendas	52.039	58.651
Seguros	29.040	19.702
Outras	112.041	72.016
	354.297	385.506
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	3.317.411	1.157.519
Operações fora de bolsa a liquidar	2.107.889	129.242
Outras	1.309.835	4.300.882
	6.735.135	5.587.643
	9.667.538	8.360.521

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas “Operações de Bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Recursos do Banco de Portugal	147.500.000	182.500.000
Juros a pagar	202.517	156.666
	147.702.517	182.656.666

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Recursos do Banco de Portugal” corresponde a recursos obtidos por desconto de títulos junto do Banco Central Europeu.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:



	2011	2010
Até três meses	97.500.000	182.500.000
De um ano a cinco anos	50.000.000	-
	147.500.000	182.500.000

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 24).

18. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Swaps		
. De divisas	-	892
. De taxa de juro	158.074	180.891
. Sobre eventos de crédito	497.276	265.714
Opções	24.616	97.126
	679.966	544.623

19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Depósitos a prazo e outros recursos:		
. Instituições de crédito no país	32.804.846	28.359.775
. Instituições de crédito no estrangeiro	1.932.143	2.162.174
	34.736.989	30.521.949
Encargos a pagar:		
. Juros de recursos de instituições de crédito no país	141.360	169.068
. Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	-	648
	141.360	169.716
	34.878.349	30.691.665

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os "Recursos de outras instituições de crédito" têm vencimento no primeiro trimestre de 2012 e 2011, respectivamente.

Os recursos de instituições de crédito no estrangeiro em vigor em 31 de Dezembro de 2010 incluem 2.162.174 Euros, que têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 24).



20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
À vista:		
. Depósitos à ordem	20.954.627	16.287.883
A prazo:		
. Depósitos a prazo	94.547.814	85.115.004
. Depósitos estruturados	1.229.279	6.684.831
	95.777.093	91.799.835
	116.731.720	108.087.718
Encargos a pagar:		
. Juros de recursos de clientes	1.097.181	607.511
	117.828.901	108.695.229

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2011	2010
Até três meses	35.143.466	56.677.265
De três meses a um ano	58.645.694	33.103.816
De um a cinco anos	1.972.933	2.018.754
A mais de cinco anos	15.000	-
	95.777.093	91.799.835

21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Obrigações de Caixa Banco Invest 2009 – 1ª Emissão	25.000.000	25.000.000
Títulos de dívida de clientes	2.565.336	-
	27.565.336	25.000.000
“Floating rate notes” emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)		
. Classe A	8.018.130	14.920.655
. Classe B	35.500.000	35.500.000
	43.518.130	50.420.655
“Variable funding loan notes” emitidas pela Invest Finance 1 Portugal B.V.	105.101.144	115.573.125
Juros a pagar	179.687	105.860
Despesas incluídas no custo amortizado	(75.520)	(111.772)
	176.288.777	190.987.868

As Obrigações de Caixa Banco Invest 2009 – 1ª Emissão foram emitidas em 5 de Fevereiro de 2009, no montante de 25.000.000 Euros por oferta particular, por um prazo de três anos, a amortizar no respectivo vencimento.



Este empréstimo obrigacionista encontra-se garantido pelo Estado Português nos termos definidos na Lei 60-A/2008 de 20 de Outubro.

Os juros serão pagos trimestral e postecipadamente em 5 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. A taxa de juro é igual à Euribor a três meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período trimestral de contagem de juros, adicionada de 1,45%.

22. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			
	Saldo em 31-12-2010	Dotações líquidas	Utilizações	Saldos em 31-12-2011
Provisões	500.000	-	-	500.000
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):				
- Crédito concedido	9.132.039	202.123	(14.147)	9.320.015
- Crédito a clientes - títulos de dívida	885.923	27.137	-	913.060
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	4.637.406	2.196.336	(1.164.881)	5.668.861
Imparidade em investimentos detidos até à maturidade (Nota 10)	-	3.263.288	-	3.263.288
Imparidade de outros activos:				
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	1.564.718	1.272.909	-	2.837.627
	16.720.086	6.961.793	(1.179.028)	22.502.851

	2010			
	Saldo em 31-12-2009	Dotações líquidas	Utilizações	Saldos em 31-12-2010
Provisões	500.000	-	-	500.000
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9):				
- Crédito concedido	9.255.235	(98.764)	(24.432)	9.132.039
- Crédito a clientes - títulos de dívida	682.850	203.073	-	885.923
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	7.043.846	(908.868)	(1.497.572)	4.637.406
Imparidade de outros activos:				
- Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	985.901	578.817	-	1.564.718
	18.467.832	(225.742)	(1.522.004)	16.720.086



23. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	276.791	556.471
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	228.299	312.564
. Contribuições para a Segurança Social	79.359	74.439
. Iva a pagar	-	126.550
Cobranças por conta de terceiros	387.164	612.675
Credores diversos		
. Outros credores	769.494	978.239
	1.741.107	2.660.938
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal		
. Provisão para férias e subsídio de férias	588.416	543.852
Por gastos gerais administrativos	19.888	19.606
Outros	36.359	48.883
	644.663	612.341
<i>Receitas com rendimento diferido</i>		
Outras	60.000	-
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações fora de bolsa a liquidar	3.317.317	129.135
Operações de bolsa a liquidar	2.072.821	1.159.883
Outras operações a regularizar	75.533	279.135
	5.465.671	1.568.153
	7.911.441	4.841.432

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas “Operações de bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS



Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	3.237.190	3.042.132
Activos dados em garantia	192.329.220	222.961.625
	195.566.410	226.003.757
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
. Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	5.351.254	2.930.680
Crédito hipotecário	66.587.467	78.715.618
Leasing imobiliário	81.616.337	92.015.258
. Outros valores		
Gestão de carteiras	1.035.758	1.697.428
Clientes - Acções	51.078.268	108.474.883
Clientes - Obrigações diversas	27.440.347	20.250.825
Clientes - Outros	229.271	212.072
Fundos - Alves Ribeiro	23.216.291	26.261.428
	256.554.994	330.558.193
	452.121.405	556.561.950

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui, respectivamente, 192.329.220 Euros e 220.461.625 Euros de títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 17).

25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.396.000	46.980.000	78,96%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	104.000	520.000	0,87%
	11.900.000	59.500.000	100%



Em 31 de Dezembro de 2010 a estrutura accionista do Banco era a seguinte:

Entidade	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.381.000	46.905.000	78,83%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	119.000	595.000	1,00%
	11.900.000	59.500.000	100%

No exercício de 2011, o accionista minoritário do Banco alienou 15.000 acções de valor nominal de 75.000 Euros à Alves Ribeiro – IF, SGPS, S.A., passando esta a deter uma participação de 99,13%.

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.

Nos exercícios de 2011 e 2010, o Banco não distribuiu dividendos aos accionistas.

26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Reservas de reavaliação</i>		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
de activos financeiros disponíveis para venda	(15.539.396)	(9.461.473)
. Reservas por impostos diferidos e correntes		
de activos financeiros disponíveis para venda	4.117.935	2.380.974
	(11.421.461)	(7.080.499)
Reserva legal	1.102.078	1.102.078
Reserva livre	9.012.951	9.012.951
Reserva de fusão	574.221	574.221
Resultados transitados	(5.481.892)	(12.754.876)
	5.207.358	(2.065.626)
Resultado do exercício	(3.537.882)	7.212.087
	(9.751.985)	(1.934.038)

Reservas de reavaliação



Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as reservas de justo valor incluem cerca de 1.372.000 Euros e 2.140.000 Euros, respectivamente, de menos-valias em títulos reclassificados de “Activos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Investimentos detidos até à maturidade” e de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 42). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados do exercício de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Reserva de fusão

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.



Nos exercícios de 2011 e 2010, o resultado consolidado do Banco foi apurado da seguinte forma:

	2011	2010
<i>Resultados individuais:</i>		
Banco Invest	(5.095.279)	6.234.346
Invest Gestão de Activos	87.363	84.458
AR Finance 1, PLC	(1.075.553)	(612.401)
AR Finance 1, FTC	(1.564.561)	(161.282)
Invest Finance FTC	307.869	(879.079)
Invest Finance BV	17.200	17.200
Fundo Tejo	87.158	(84.555)
	(7.235.803)	4.598.687
<i>Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:</i>		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade)	1.353.985	1.923.449
<i>Anulação de movimentos registados nas contas individuais:</i>		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	1.564.561	161.282
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	(307.869)	890.210
Provisão para activos financeiros AR Finance PLC	511.266	-
<i>Outros ajustamentos:</i>		
Correcção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	92.888	92.888
Outros	495.363	(465.852)
Resultados após impostos e antes de interesses minoritários	(3.525.609)	7.200.664
Resultado atribuível a interesses minoritários	(12.273)	11.423
Resultado consolidado do exercício	(3.537.882)	7.212.087

27. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011	2010
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.064.045	1.009.194
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	18.000
	1.082.045	1.027.194

O movimento ocorrido na rubrica de “Interesses minoritários” durante os exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:



2011				
	Saldos em 31.12.2010	Outras variações	Resultado líquido	Saldos em 31.12.2011
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.009.194	42.578	12.273	1.064.045
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	18.000
	1.027.194	42.578	12.273	1.082.045

2010				
	Saldos em 31.12.2009	Outras variações	Resultado líquido	Saldos em 31.12.2010
		(Nota 3)		
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.095.003	(74.386)	(11.423)	1.009.194
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	-	-	18.000
	1.113.003	(74.386)	(11.423)	1.027.194

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Juros de disponibilidades	33.063	21.581
Juros de aplicações em instituições de crédito	53.786	11.904
Juros de crédito a clientes:		
· Crédito interno	3.542.002	3.159.387
· Crédito ao exterior	1.196	2.152
· Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	1.190.685	1.489.922
· Activos titularizados	7.355.640	7.095.964
Juros de crédito vencido	494.205	663.867
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
· Títulos	1.378.940	1.397.490
· Instrumentos derivados	2.597.408	1.946.305
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
· Títulos	3.998.439	3.353.564
Juros de investimentos detidos até à maturidade	4.939.625	3.568.717
Juros de devedores e outras aplicações	3.143	15.917
	25.588.132	22.726.770



29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Juros de recursos de bancos centrais	2.121.672	1.479.507
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	957.264	1.071.560
. no estrangeiro	25.771	192.999
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	3.677.679	2.086.116
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	3.161.006	2.556.179
Juros de passivos financeiros de negociação		
. Instrumentos financeiros derivados	1.802.129	253.954
Outros juros e encargos similares	339.083	423.136
	12.084.604	8.063.451

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de acções registadas em "Activos financeiros disponíveis para venda".

31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Por garantias prestadas	44.825	43.987
Por serviços prestados:		
. Depósito e guarda de valores	624.406	539.675
. Operações de crédito	351.430	283.534
. Gestão de fundos mobiliários	120.839	134.644
. Cobrança de valores	63.046	48.788
. Administração de valores	18.511	22.076
. Montagem de operações	10.250	12.700
. Transferência de valores	9.976	13.191
. Serviços de consultoria financeira	-	30.971
. Outros serviços prestados	2.909	1.530
Por operações realizadas por conta de terceiros:		
. Comissões de corretagem	892.151	1.207.491
. Outras	75.653	76.613
	2.213.996	2.415.200

32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES



Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Por garantias recebidas	-	73
Por operações de crédito	77.886	104.346
Por serviços bancários prestados por terceiros		
· Euroclear	55.775	58.561
· Comissões bancárias	29.486	11.358
· Banco de Portugal	21.419	16.962
· Encargos com futuros por conta de clientes	4.621	9.467
· Outros	26.196	30.512
Por operações realizadas por terceiros	175.885	195.822
Comissões de angariação de negócio	93.140	33.920
Outras comissões pagas	54.334	36.743
	538.742	497.764

33. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
· Obrigações	(811.551)	352.646
· Acções	(97.183)	19.215
Emitidos por não residentes		
· Obrigações	(1.098.219)	428.427
· Acções	(159.753)	27.444
· Outros instrumentos de capital	(71.035)	(22.671)
	(2.237.741)	805.061
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
· Swaps		
Divisas	16.938	(20.857)
Swaps de taxa de juro	(136.777)	(108.162)
Crédito	(328.225)	(374.905)
· Futuros		
Sobre cotações	(292.463)	71.547
Sobre taxas de juro	(288.324)	(1.854.397)
Divisas	90.260	64.189
Outros	(82.681)	(1.210)
· Opções		
Sobre cotações	682.514	(23.728)
Sobre taxa de juro	(52.438)	(44.585)
	(391.196)	(2.292.108)
	(2.628.937)	(1.487.047)



34. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
. Dívida pública portuguesa	122.689	385.908
. Outras obrigações	(40.752)	368.876
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	(85.003)	12.031
. Outras obrigações	(1.028.323)	520.591
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
. Acções	(88.749)	9.874
De não residentes		
. Acções	-	157.897
	(1.120.138)	1.455.177

35. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

36. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Activos não financeiros	75.703	286.547
Investimentos detidos até à maturidade	-	115.998
	75.703	402.545

No exercício de 2010, a rubrica "Investimentos detidos até à maturidade" inclui resultados obtidos de 115.998 Euros com amortizações de títulos que atingiram a respectiva maturidade. O valor reconhecido em proveitos corresponde ao diferimento da convergência para o valor nominal que não tinha sido registado na data de amortização do título.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Activos não financeiros" inclui uma perda líquida de 31.388 Euros e um ganho líquido de 150.680 Euros, respectivamente, resultantes da alienação de activos não correntes detidos para venda (Nota 11).

37. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO



Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Reembolso de despesas	105.958	47.486
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.083	2.160
. Outros	183.920	6.216
	291.961	55.862
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
. Contribuição especial sobre o sector bancário	146.948	-
. Impostos directos	57.147	13.444
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	63.368	20.000
. Quotizações e donativos	32.029	49.946
. Outros encargos e gastos operacionais	170.768	61.493
	470.260	144.883
	(178.299)	(89.021)

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores são 0,05% e 0,00015%, respectivamente, em função do valor apurado.



38. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	599.693	591.501
. Empregados	3.321.097	3.108.054
	3.920.790	3.699.555
Encargos sociais obrigatórios		
. Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	752.336	649.571
. Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	20.850	25.219
	773.186	674.790
Outros custos com pessoal:		
. Outros	108.218	87.643
	4.802.194	4.461.988

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:

	2011	2010
Administradores	6	6
Directores e chefias	16	15
Quadros técnicos	92	83
Administrativos	5	5
	119	109

39. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS



Nos exercícios de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010
Com fornecimentos	228.373	217.065
Com serviços		
. Rendas e alugueres	585.351	558.324
. Comunicações	513.571	454.180
. Publicidade e edição de publicações	311.883	188.265
. Conservação e reparação	264.905	164.834
. Deslocações, estadas e representação	140.736	186.708
. Seguros	55.201	38.549
. Formação de pessoal	19.558	4.389
. Transportes	-	194
. Serviços especializados:		
Informática	296.195	260.195
Avenças e honorários	82.485	89.484
Informações	62.381	58.601
Limpeza	45.060	46.278
Judiciais, contencioso e notariado	22.896	15.834
Segurança e vigilância	11.402	10.407
Mão de obra eventual	10.725	26.255
Bancos de dados	4.311	3.425
Outros serviços especializados	308.535	230.278
. Outros serviços de terceiros	643.157	647.519
	3.606.725	3.200.784

Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativos à Revisão Legal das Contas e trabalhos decorrentes dessa função requeridos por regulamentação das entidades de supervisão no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 ascenderam a 66.400 Euros. Foram ainda facturados serviços de consultoria fiscal no total de 43.400 Euros.



40. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro e a colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco.

Saldos com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2011	2010
<i>Activos financeiros disponíveis para venda</i>		
Fundo Inspirar	3.589.705	3.320.344
<i>Crédito a clientes</i>		
Alves Ribeiro, SGPS	8.325.000	-
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	2.661.000	2.661.000
Us Gestar	1.013.000	1.113.011
Monvest, SGPS, SA	640.451	783.452
<i>Recursos de clientes</i>		
Mundicenter, SGPS, S.A.	10.120.601	9.396.772
Fundo Inspirar	1.457.018	816.365
Alves Ribeiro, SGPS	-	6.071.899

Transacções com entidades relacionadas, excluindo órgãos sociais

Nos exercícios de 2011 e 2010, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2011	2010
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	64.102	92.742
Us Gestar	29.465	27.066
Monvest, SGPS, SA	28.187	19.359
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS	16.766	-
<i>Juros e encargos similares</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS	397.232	424.832
Fundo Inspirar	4.592	42.065
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS	835	835
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Alrisa	283.166	305.701

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Conforme descrito na Nota 11, no exercício de 2010 o Fundo Tejo adquiriu um imóvel à Lote 12, S.A. (entidade indirectamente controlada pelo accionista maioritário do Banco) por cerca de 4.500.000 Euros, correspondente ao mínimo entre os valores de avaliação apurados por duas entidades especializadas.



Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2011 o montante de empréstimos concedidos a membros do Conselho de Administração é de 591.723 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições que aos restantes colaboradores.

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- a) A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- b) A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- c) Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- d) Não se encontrava vigente, no exercício de 2010, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- e) Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi de 600.937 Euros.



41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2011		
	Valor Bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	8.953.430	-	8.953.430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.618.448	-	14.618.448
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	32.838.202	-	32.838.202
- Instrumentos financeiros derivados	1.664.410	-	1.664.410
Activos financeiros disponíveis para venda	75.627.452	(5.668.861)	69.958.591
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	224.450.571	(9.426.724)	215.023.847
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	19.264.378	(806.352)	18.458.026
Investimentos detidos até à maturidade	112.404.619	(3.263.288)	109.141.331
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	1.989.745	-	1.989.745
	491.811.255	(19.165.225)	472.646.030
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante notional)	41.364.286	-	41.364.286
Garantias prestadas	3.237.190	-	3.237.190
	536.412.731	(19.165.225)	517.247.506



	2010		
	Valor Bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Disponibilidades em Bancos Centrais	267.187	-	267.187
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12.677.400	-	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	40.039.304	-	40.039.304
- Instrumentos financeiros derivados	1.228.910	-	1.228.910
Activos financeiros disponíveis para venda	87.481.374	(4.637.406)	82.843.968
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	249.688.914	(9.132.040)	240.556.874
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	37.188.959	(885.922)	36.303.037
Investimentos detidos até à maturidade	117.988.490	-	117.988.490
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	2.043.567	-	2.043.567
	548.604.105	(14.655.368)	533.948.737
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante nocional)	43.741.955	-	43.741.955
Garantias prestadas	3.042.132	-	3.042.132
	595.388.192	(14.655.368)	580.732.824

Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Como resulta das Notas anteriores, o Banco opera em termos de crédito, com colaterais que têm referencial em termos de mercado ainda que, no caso dos imóveis, numa situação actual de liquidez mais reduzida.

Desta forma, embora com um ritmo de concretização de novas operações mais moderado, os critérios de concessão de crédito pautam-se por princípios de avaliação, do risco dos Devedores e do sector de actividade em que operam e da consistência dos Colaterais, claramente mais conservadores.

Com efeito, os processos de análise de risco e concessão de crédito, baseiam-se em princípios universais de prudência, fiabilidade da informação utilizada, alternância e complementaridade das fontes de informação, processo de deliberação vertical com intervenção universal da Administração, tentativa de adequação do serviço da dívida à situação económica e financeira actual e, previsivelmente, futura dos Devedores e, complementarmente, da consistência e valia, em termos de mercado, dos colaterais.

Acessoriamente, as condições financeiras aplicáveis às novas operações, reflectem, quer as actuais condições de financiamento da actividade, em termos de maturidades, como também, em matéria de margens financeiras.



Dependente, embora, da evolução do quadro macroeconómico envolvente, espera-se um comportamento da qualidade da carteira de crédito em linha com o mercado, estando o Banco preparado, em termos organizacionais e de equipa, para fazer um acompanhamento, oportuno e rigoroso de todos os eventos de crédito,

1. *seja numa perspectiva de prevenção, mediante*

- a atribuição de uma notação de risco a todos os Devedores, sujeitando-a a revisão dinâmica com frequência semestral;
- a monitorização permanente dos vários sinais de risco implícitos à relação dos Devedores com o universo bancário em que intervêm;
- o acompanhamento quotidiano de eventuais sinais de degradação da sua envolvente empresarial e financeira;
- a revisão regular do perfil de risco (por análise dos indicadores económico-financeiros, bancários e empresariais) do universo de Devedores com maior exposição individual ou sectorial;
- a identificação precoce de situações que justifiquem a reformulação das condições de reembolso dos créditos, de forma a acomodá-las, quando possível e devidamente justificado, à situação económica e financeira do Devedor;

2. *seja, na intervenção oportuna em todas as situações de incumprimento ou não cumprimento completo e atempado, através*

- de meios adequados de monitorização do incumprimento ou cumprimento irregular;
- de uma interpelação imediata e frequente a todos os Devedores em situação não regular;
- do diagnóstico objectivo dos fundamentos do incumprimento e dos eventuais meios para o superar;
- do registo e acompanhamento permanente das acções desenvolvidas e sua eficácia;
- da intervenção colegial da Área de Recuperação de Crédito e da Administração, na decisão sobre a tomada de medidas extra-judiciais ou judiciais que visem a efectiva recuperação dos créditos em risco;
- do controlo e salvaguarda da integridade dos colaterais do crédito

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a carteira de crédito do Banco de acordo com as categorias de risco acima definidas é a seguinte:



2011					
Tipo de contrato	Categoria de Risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	19.658.453	-	54.563	2.081.388	21.794.404
Crédito Imobiliário	46.469.376	4.628.367	7.045.111	17.052.995	75.195.849
Crédito Mútuo	11.819.510	1.729.115	3.417.289	3.287.519	20.253.433
Leasing Imobiliário	68.410.655	4.687.908	6.637.272	16.954.723	96.690.558
Leasing Mobiliário	347.735	-	-	7.917	355.652
Outros Créditos	3.270.946	2.265.363	1.081.322	536.291	7.153.922
Descobertos em D.O.	2.284.448	-	-	-	2.284.448
	152.261.123	13.310.753	18.235.557	39.920.833	223.728.266

2010					
Tipo de contrato	Categoria de Risco				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	19.263.979	18.064	-	1.654.143	20.936.186
Crédito Imobiliário	65.460.890	5.919.457	5.731.033	11.532.091	88.643.471
Crédito Mútuo	18.698.474	828.332	1.289.953	1.553.053	22.369.812
Leasing Imobiliário	81.935.247	8.197.744	4.289.605	14.493.807	108.916.403
Leasing Mobiliário	364.795	-	-	7.917	372.712
Outros Créditos	2.148.772	1.477.390	630.952	428.558	4.685.672
Descobertos em D.O.	2.931.857	-	-	-	2.931.857
	190.804.014	16.440.987	11.941.543	29.669.569	248.856.113

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em crédito a clientes, os juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de *leasing* imobiliário, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.
- Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de *trespasse* sobre estabelecimentos de farmácia.
- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.



Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e pelo Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação *mark-to-market*, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrado através da graduação de risco (*rating*) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2011										
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R	
<i>Activos</i>											
Activos financeiros detidos para negociação	2.373.099	-	14.200.343	3.878.861	1.469.600	306.962	445.187	-	-	10.164.151	32.838.203
Activos financeiros disponíveis para venda	4.980.599	3.528.670	18.148.801	19.928.980	7.766.233	2.480.749	508.196	-	1.003.105	19.487.402	77.832.735
Investimentos detidos até à maturidade	12.689.401	-	43.082.308	39.726.437	11.904.448	-	-	1.738.737	-	-	109.141.331
Outros créditos e valores titulados	-	9.389.703	2.909.523	1.502.953	-	3.861.050	-	-	1.015.222	-	18.678.451
	20.043.099	12.918.373	78.340.975	65.037.231	21.140.281	6.648.761	953.383	1.738.737	2.018.327	29.651.553	238.490.720

	2010										
	Ratings										Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R	
<i>Activos</i>											
Activos financeiros detidos para negociação	4.772.502	1.549.446	23.507.743	4.581.638	-	597.602	512.235	-	-	4.518.140	40.039.305
Activos financeiros disponíveis para venda	9.287.625	14.170.388	36.069.839	15.445.356	2.597.078	2.664.476	-	-	678.126	10.133.134	91.046.022
Investimentos detidos até à maturidade	22.934.315	4.369.378	78.624.804	7.993.279	4.066.713	-	-	-	-	-	117.988.490
Outros créditos e valores titulados	2.369.597	15.132.820	5.983.314	6.156.874	1.887.961	497.131	4.175.144	509.171	-	-	36.712.013
	39.364.039	35.222.032	144.185.700	34.177.147	8.551.752	3.759.209	4.687.379	509.171	678.126	14.651.274	285.785.829

N.R. – Not Rated

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição por país associada à carteira de títulos do Banco, pode ser demonstrada como segue:



	2011				2010			
	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total	Bancos	Dívida Pública	Outros	Total
Portugal	24.548.498	34.976.170	9.155.361	68.680.029	27.320.269	32.958.787	7.946.813	68.225.869
Espanha	24.481.803	5.419.422	5.785.675	35.686.900	35.218.636	10.312.237	1.885.802	47.416.676
E.U.A.	32.182.725	-	-	32.182.725	35.535.391	-	8.696.693	44.232.084
Irlanda	10.943.688	10.319.951	4.795.749	26.059.388	12.507.398	10.320.126	9.830.962	32.658.487
Grã-Bretanha	22.046.321	-	3.424.180	25.470.501	22.223.290	-	3.419.023	25.642.313
Holanda	6.658.477	512.311	11.756.143	18.926.931	9.597.932	-	16.730.603	26.328.536
França	7.073.143	-	-	7.073.143	6.208.703	-	-	6.208.703
Ilhas Caimão	3.719.470	-	601.399	4.320.869	5.059.632	-	801.452	5.861.084
Alemanha	1.243.025	-	901.554	2.144.579	-	5.686.823	-	5.686.823
Grécia	-	1.015.222	-	1.015.222	5.907.453	-	893.969	6.801.422
Outros	7.459.297	1.286.931	8.184.205	16.930.433	13.123.027	1.668.544	1.932.262	16.723.832
	140.356.447	53.530.007	44.604.266	238.490.720	172.701.732	60.946.517	52.137.580	285.785.829

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a coluna "Outros" inclui "Asset Backed Securities" nos montantes de 16.774.052 Euros e 29.067.659 Euros, respectivamente.

Na elaboração destes mapas não foram considerados os instrumentos de capital, os instrumentos financeiros derivados e as provisões regulamentares.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.



Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

		2011						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.209.765	-	-	-	-	-	-	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.618.448	-	-	-	-	-	-	14.618.448
Activos financeiros detidos para negociação	-	9.103.472	85.931	18.938.923	6.337.536	1.448.293	-	35.914.154
Activos financeiros disponíveis para venda	-	11.475.331	5.264.771	41.580.585	12.438.056	6.202.715	-	76.961.458
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.284.448	11.153.343	13.669.448	13.944.936	163.279.759	19.396.332	722.304	224.450.571
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	-	-	6.479.766	11.978.260	-	-	18.458.026
Investimentos detidos até à maturidade	-	858.881	19.930.790	68.699.585	19.652.075	-	-	109.141.331
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.951.645	-	1.989.745
	26.112.661	32.591.027	38.950.940	149.643.794	213.723.787	28.998.985	722.304	490.743.498
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	97.500.000	-	50.000.000	-	-	202.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação	-	8.414	387.861	283.691	-	-	-	679.966
Recursos de outras instituições de crédito	22.236.989	12.500.000	-	-	-	-	141.360	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.944.434	35.143.466	58.645.694	1.972.933	15.000	-	1.107.374	117.828.901
Responsabilidades representadas por títulos	-	26.601.568	1.695.233	10.005.666	137.882.267	-	104.043	176.288.777
	43.181.423	171.753.448	60.728.788	62.262.290	137.897.267	-	1.555.295	477.378.511
Gap de liquidez	(17.068.762)	(139.162.422)	(21.777.848)	87.381.504	75.826.520	28.998.985	(832.991)	13.364.987
		2010						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	513.793	-	-	-	-	-	-	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12.677.400	-	-	-	-	-	-	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação	-	17.203	237.500	27.471.072	13.542.439	1.029.112	-	42.297.326
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	3.087.532	54.049.509	24.385.553	9.005.693	-	90.528.287
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.931.857	11.444.577	15.876.269	18.415.760	184.928.474	15.259.174	832.802	249.688.913
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	2.500.000	-	12.546.179	22.142.781	-	-	37.188.960
Investimentos detidos até à maturidade	-	2.000.179	11.327.553	78.704.646	25.956.112	-	-	117.988.490
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	-	2.043.567	-	2.043.567
	16.123.050	15.961.959	30.528.854	191.187.165	270.955.359	27.337.546	832.802	552.926.736
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	182.500.000	-	-	-	-	156.666	182.656.666
Passivos financeiros detidos para negociação	-	19.934	81.841	430.176	12.672	-	-	544.623
Recursos de outras instituições de crédito	1.359.775	29.162.174	-	-	-	-	169.716	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.286.528	56.677.265	33.103.816	2.018.754	-	-	608.866	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	75.400.655	115.573.125	-	(5.912)	190.967.868
	17.646.303	268.359.373	33.185.657	77.849.585	115.585.797	-	929.336	513.556.051
Gap de liquidez	(1.523.253)	(252.397.413)	(2.656.803)	113.337.580	155.369.562	27.337.546	(96.535)	39.370.684

1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna “Indeterminado”;
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos de dívida apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerado que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O Gap de liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este Gap, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos oscila sempre em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

O Gap de liquidez de curto prazo está associado à carteira de obrigações do Banco e ao seu modo de financiamento. O valor total da carteira de títulos é superior ao Gap de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido Gap, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições financeiras.

Em 2011, o Banco realizou um conjunto de operações com impacto na sua estrutura de financiamento de médio longo prazo:

- Renovação do financiamento com o Millenium BCP pelo montante de 10.000.000 Euros a vencer em Janeiro de 2013.

Para fazer face a eventuais necessidades de liquidez o Banco complementarmente às linhas de curto prazo no mercado monetário interbancário dispõe de uma linha de crédito com uma instituição financeira contratada a 3 anos.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de *trading* e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.



Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2011				
	Moeda				
	Euros	Dólares			
	Bruto	Norte Americanos	Libra	Outros	Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.209.765	-	-	-	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.658.898	2.817.129	142.421	-	14.618.448
Activos financeiros detidos para negociação	35.672.711	241.442	-	-	35.914.153
Activos financeiros disponíveis para venda	76.663.409	136.078	161.971	-	76.961.458
Crédito a clientes	243.642.278	72.671	-	-	243.714.949
Investimentos detidos até à maturidade	109.141.331	-	-	-	109.141.331
Devedores e outras aplicações	1.579.244	406.909	3.592	-	1.989.745
	487.567.636	3.674.229	307.984	-	491.549.849
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	147.702.517	-	-	-	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação	549.692	130.274	-	-	679.966
Recursos de outras instituições de crédito	32.250.634	2.627.715	-	-	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	115.390.855	2.436.696	1.350	45.245	117.828.901
Responsabilidades representadas por títulos	176.288.777	-	-	-	176.288.777
	472.182.475	5.194.685	1.350	45.245	477.378.510
Exposição líquida (Posição Cambial)	15.385.161	(1.520.456)	306.634	(45.245)	14.171.339
	2010				
	Moeda				
	Euros	Dólares			
	Bruto	Norte Americanos	Libra		Total
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	513.793	-	-	-	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11.458.690	1.172.034	46.676	-	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação	42.234.773	62.553	-	-	42.297.326
Activos financeiros disponíveis para venda	90.030.837	253.947	243.503	-	90.528.287
Crédito a clientes	286.578.876	298.997	-	-	286.877.873
Investimentos detidos até à maturidade	117.988.490	-	-	-	117.988.490
Devedores e outras aplicações	1.302.032	730.033	11.502	-	2.043.567
	550.107.491	2.517.564	301.681	-	552.926.736
<i>Passivo</i>					
Recursos de Bancos Centrais	182.656.666	-	-	-	182.656.666
Passivos financeiros detidos para negociação	533.107	11.516	-	-	544.623
Recursos de outras instituições de crédito	30.691.665	-	-	-	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	107.454.801	1.240.232	196	-	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	190.967.868	-	-	-	190.967.868
	512.304.107	1.251.748	196	-	513.556.051
Exposição líquida (Posição Cambial)	37.803.384	1.265.816	301.485	-	39.370.685



Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco se encontra exposto originaria um impacto negativo nos resultados do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 de cerca de 76.023 Euros e um impacto positivo nos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 de cerca de 63.291 Euros.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do *mismatch* de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2011			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	256.335	-	8.953.430	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.242.183	-	12.376.265	14.618.448
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	1.448.295	19.940.012	12.861.438	34.249.744
- Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.664.410	1.664.410
Activos financeiros disponíveis para venda	6.515.075	53.873.341	16.573.041	76.961.458
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	224.450.571	224.450.571
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	876.746	17.581.280	18.458.026
Investimentos detidos até à maturidade	-	75.352.109	33.789.222	109.141.331
Devedores e outras aplicações	-	-	1.989.745	1.989.745
	10.461.887	150.042.208	330.239.402	490.743.497
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	147.702.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	139.969	539.997	679.966
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	34.878.349	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.745.983	116.082.918	117.828.901
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	176.288.901	176.288.901
	-	1.885.952	475.492.682	477.378.634
	10.461.887	148.156.256	(145.253.280)	13.364.863
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	307.865.305	307.865.305
- Opções	-	-	4.285.402	4.285.402
- Futuros	-	-	61.654.823	61.654.823
	-	-	373.805.530	373.805.530



2010				
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	246.606	-	267.187	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	761.521	-	11.915.879	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	1.029.111	32.441.787	7.597.518	41.068.416
- Instrumentos financeiros derivados	-	103.310	1.125.600	1.228.910
Activos financeiros disponíveis para venda	14.297.824	50.157.316	26.073.147	90.528.287
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	249.688.914	249.688.914
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	5.357.742	31.831.217	37.188.959
Investimentos detidos até à maturidade	-	73.450.883	44.537.607	117.988.490
Devedores e outras aplicações	-	-	2.043.567	2.043.567
	16.335.062	161.511.038	375.080.636	552.926.736
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	182.656.666	182.656.666
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	263.485	281.138	544.623
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	30.691.665	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.018.754	106.676.475	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	190.967.868	190.967.868
	-	2.282.239	511.273.812	513.556.051
	16.335.062	159.228.799	(136.193.176)	39.370.685
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	315.080.332	315.080.332
- Opções	-	-	7.371.905	7.371.905
- Futuros	-	-	76.096.578	76.096.578
	-	-	398.548.815	398.548.815

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

2011							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	9.209.765	-	-	-	-	-	9.209.765
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14.618.448	-	-	-	-	-	14.618.448
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	1.448.294	12.963.854	-	14.470.655	5.366.942	-	34.249.744
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.477.981	182.187	4.243	-	-	1.664.410
Activos financeiros disponíveis para venda	6.515.075	26.239.524	3.800.143	32.753.234	7.653.482	-	76.961.458
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.284.448	161.332.260	40.715.227	-	-	20.118.636	224.450.571
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	15.677.631	1.903.649	876.746	-	-	18.458.026
Investimentos detidos até à maturidade	-	37.911.391	5.030.910	46.546.955	19.652.075	-	109.141.331
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	38.100	1.951.645	1.989.745
	34.076.030	255.602.640	51.632.115	94.651.833	32.710.599	22.070.281	490.743.498
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	97.500.000	-	50.000.000	-	202.517	147.702.517
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	164.136	375.861	139.969	-	-	679.966
Recursos de outras instituições de crédito	22.236.989	12.500.000	-	-	-	141.360	34.878.349
Recursos de clientes e outros empréstimos	20.944.434	35.143.466	58.660.694	1.972.933	-	1.107.374	117.828.901
Responsabilidades representadas por títulos	-	158.805.249	16.716.121	663.364	-	104.167	176.288.901
	43.181.423	304.112.852	75.752.676	52.776.266	-	1.555.419	477.378.635
	(9.105.393)	(48.510.211)	(24.120.561)	41.875.567	32.710.599	20.514.862	13.364.863



2010							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros (1)	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	513.793	-	-	-	-	-	513.793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12.677.400	-	-	-	-	-	12.677.400
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	1.029.111	7.597.518	-	21.044.133	11.397.654	-	41.068.416
- Instrumentos financeiros derivados	-	966.010	149.939	112.961	-	-	1.228.910
Activos financeiros disponíveis para venda	9.005.692	21.570.909	5.148.031	39.727.152	15.076.503	-	90.528.287
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.931.857	172.972.856	57.692.226	-	-	16.091.976	249.688.914
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	28.302.599	4.005.568	4.880.793	-	-	37.188.960
Investimentos detidos até à maturidade	-	44.537.607	5.324.481	42.170.290	25.956.112	-	117.988.490
Devedores e outras aplicações	-	-	-	-	-	2.043.567	2.043.567
	26.157.853	275.947.499	72.320.244	107.935.329	52.430.269	18.135.543	552.926.737
<i>Passivo</i>							
Recursos de Bancos Centrais	-	182.500.000	-	-	-	156.666	182.656.666
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	204.529	76.610	263.485	-	-	544.623
Recursos de outras instituições de crédito	1.359.775	29.162.174	-	-	-	169.716	30.691.665
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.286.528	56.677.265	33.103.816	2.018.754	-	608.866	108.695.229
Responsabilidades representadas por títulos	-	190.973.780	-	-	-	(5.912)	190.967.868
	17.646.303	459.517.747	33.180.425	2.282.239	-	929.336	513.556.052
	8.511.550	(183.570.248)	39.139.819	105.653.089	52.430.269	17.206.206	39.370.685

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito": Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- "Aplicações e recursos de outras instituições de crédito" e "Recursos de Bancos Centrais": O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os "cash-flows", utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- "Crédito a clientes". O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos *spreads* em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos *spreads* atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.



De qualquer forma, atendendo a que os *spreads* actualmente em vigor são superiores ao spread médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um *spread* adicional de 1%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de “Crédito a clientes” implica uma diminuição da mesma em cerca de 9.780.584 Euros.

De realçar que nesta análise não foram incluídos operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do grupo.

Adicionalmente, na rubrica “Crédito a clientes” encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os *spreads* contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Activos disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - calculo matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:

2011						
Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor						
Técnicas de valorização baseadas em:						
Activos valorizados ao custo de aquisição	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)	Total	Valor Contabilístico	
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	- 855.299	33.394.444	-	34.249.743	-	34.249.743
- Instrumentos financeiros derivados	- 1.664.410	-	-	1.664.410	-	1.664.410
Activos financeiros disponíveis para venda	- 1.175.467	75.030.712	755.279	76.961.458	-	76.961.458
Investimentos detidos até à maturidade	- -	98.138.424	-	98.138.424	-	109.141.331
Créditos a clientes - títulos de dívida	- -	3.797.830	13.810.611	17.608.442	-	18.458.026
	- 3.695.177	210.361.411	14.565.890	228.622.477	-	240.474.968
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	- 679.966	-	-	679.966	-	679.966



2010						
Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor						
Activos valorizados ao custo de aquisição	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:			Total	Valor Contabilístico
		Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)			
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	- 1.029.113	40.039.305	-	41.068.418	41.068.418	
- Instrumentos financeiros derivados	- 1.228.910	-	-	1.228.910	1.228.910	
Activos financeiros disponíveis para venda	- 13.856.627	76.497.120	174.540	90.528.287	90.528.287	
Investimentos detidos até à maturidade	- -	114.026.260	-	114.026.260	117.988.490	
Créditos a clientes - títulos de dívida	- -	16.232.469	18.888.701	35.121.169	36.303.037	
	- 16.114.650	246.795.154	19.063.240	281.973.045	287.117.142	
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	- 544.623	-	-	544.623	544.623	

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a *bids* indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);
- Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estão englobados nesta rubrica títulos sem data de reembolso definida, para os quais o Banco considerou a informação difundida de alguns contribuidores de mercado, considerando-se que estas cotações reflectiam o respectivo justo valor.
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em "Técnicas de valorização – outras" (Nível 3).

Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um *spread* reflectindo o risco de cada título determinado com base no *rating* e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2011, caso se aumentasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o valor dos activos financeiros seria inferior em cerca de 500.000 Euros. No caso de diminuirmos esse *spread* em 1%, o justo valor dos activos financeiros aumentava no mesmo montante.



42. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após da reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.893)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.233	182.752.165	(182.752.165)	323.287.233

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados com referência a 1 de Julho de 2008 apresentam o seguinte detalhe:

	2011		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2011	Justo Valor em 31-12-2011
Activos financeiros disponíveis para venda	1.840.580	763.281	763.281
Crédito a clientes - títulos de dívida	19.256.145	19.484.805	17.608.442
Investimentos detidos até a maturidade	47.200.019	48.408.798	47.501.278
	68.296.744	68.656.884	65.873.000
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2011	28.197.278	n.a.	n.a.
	182.752.165	68.656.884	65.873.000



2010			
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2010	Justo Valor em 31-12-2010
Activos financeiros disponíveis para venda	5.092.055	3.737.822	3.737.822
Crédito a clientes - títulos de dívida	37.068.444	36.712.011	35.530.144
Investimentos detidos até a maturidade	54.333.523	55.773.635	56.043.543
	96.494.022	96.223.469	95.311.509
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.918.772	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2010	53.293.236	n.a.	n.a.
	182.752.165	96.223.469	95.311.509

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 41.

Após a data de reclassificação, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2011 e 2010, apresentam o seguinte detalhe:

2011					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(496.792)	(580.507)	-	(762.213)	87.578
Crédito a clientes - títulos de dívida	(767.290)	(161.105)	(738.197)	-	441.035
Investimentos detidos até a maturidade	1.562.173	(430.762)	(196.534)	-	1.241.956
	298.091	(1.172.374)	(934.731)	(762.213)	1.770.568

2010					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(1.052.904)	(301.329)	-	(677.079)	185.533
Crédito a clientes - títulos de dívida	(1.753.350)	516.431	(1.193.687)	-	750.033
Investimentos detidos até a maturidade	1.851.529	284.796	(19.945)	-	1.174.892
	(954.725)	499.898	(1.213.631)	(677.079)	2.110.458

Em Outubro de 2011 o Banco reclassificou para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um título de dívida Grega que estava registado na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 41). O título foi transferido ao seu justo valor naquela data, tendo originado o reconhecimento de uma perda no montante de 1.166.253 Euros. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de mercado do título determinado com base nos preços disponíveis naquela data ascende a 450.100 Euros, e o valor de balanço líquido de imparidade ascende a 520.000 Euros.



Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de “Activos financeiros detidos para negociação” ou “Activos financeiros disponíveis para venda”, respectivamente.

Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

43. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, e considerando o resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 12,9% e 13,7%, respectivamente.

6. Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Invest, S.A. (Banco) e subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de 536.756.330 Euros e capitais próprios de 50.830.060 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.537.882 Euros, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Invest, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2011.

Lisboa, 30 de Março de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Accionistas do
Banco Invest, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer, que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Invest, S.A. (Banco), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco e das principais empresas englobadas na consolidação, os actos de gestão dos Conselhos de Administração, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados. Apreciamos ainda a eficácia dos sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna em vigor.

No âmbito das nossas funções, apreciamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2011, que incluem o balanço, as demonstrações de resultados consolidados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2011 preparado pelo Conselho de Administração, o qual, no nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade consolidada do Banco no exercício de 2011.

Acompanhámos os trabalhos da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas do Banco ao longo do ano e apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal de Contas sobre as contas consolidadas, com data de 30 de Março de 2012, a qual não contém reservas e que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

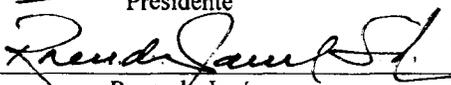
Lisboa, 30 de Março de 2012

O Conselho Fiscal



Artur Carmo Barreto

Presidente



Rosendo José

Vogal



Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Vogal



Lisboa

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º - 1070-101 Lisboa

Tel.: (+351) 21 382 17 00 · Fax: (+351) 21 386 49 84 · welcome@bancoinvest.pt

Porto

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península · Salas 502 a 504 - 5º - 4150-146 Porto

T: (+351) 22 607 63 90 · F: (+351) 22 609 52 97

www.bancoinvest.pt